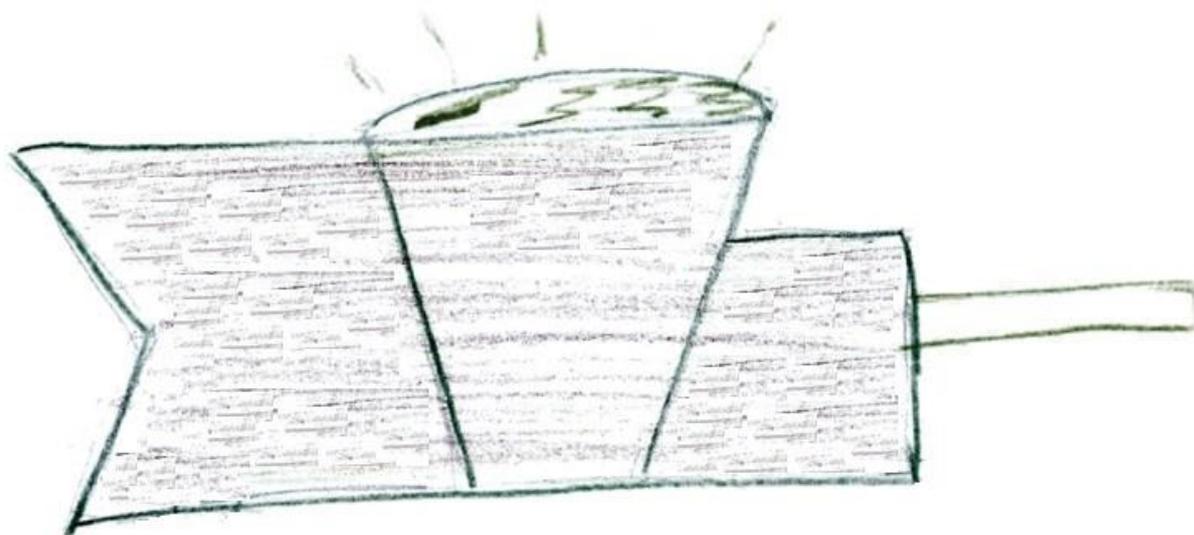


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

IANDORA DE MELO QUADRADO

DA INTENÇÃO AO GESTO:

reflexões sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos



Porto Alegre

2022

IANDORA DE MELO QUADRADO

DA INTENÇÃO AO GESTO:

reflexões sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel no Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em nível de Graduação.

Orientadora:
Profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefia Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Chefia Substituta Samile Andréa de Souza Vanz

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Márcia Regina Bertotto

Coordenadora Substituta Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

CIP - Catalogação na Publicação

Quadrado, Iandora de Melo
Da intenção ao gesto: reflexões sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos / Iandora de Melo Quadrado. -- 2022.
60 f.
Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Musealização. 2. Descolonização. 3. Museu Julio de Castilhos. 4. Patrimônio indígena. 5. Petyngua. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre - RS

Telefone (51) 33085067

E-mail: fabico@ufrgs.br

IANDORA DE MELO QUADRADO

DA INTENÇÃO AO GESTO:

reflexões sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel no Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em nível de Graduação.

Orientadora:
Profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria

Aprovado pela banca examinadora em de de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) - UFRGS

Prof^a. Me. Marlise Giovanaz - UFRGS

Prof^a. Dra. Lizete Dias de Oliveira

*Dedico este trabalho ao fortalecimento da luta dos
povos originários no Brasil*

AGRADECIMENTOS

Ao final desta longa jornada, tenho muito a agradecer. Primeiramente agradeço a oportunidade de realizar um curso de graduação, com um ensino de excelência, em uma Universidade Pública. Também faço menção especial a todos os professores e professoras com os quais tive o privilégio de conviver e aprender durante esse período. Foram muitas aprendizagens e reflexões, que me fizeram amadurecer como pessoa e como profissional.

Gratidão aos colegas da Museologia, pelas trocas, pela partilha, ao longo do curso. Em especial ao “povo da Tic-Tac”, cujos momentos de construção de uma curadoria coletiva ficarão para sempre guardados. Menciono de forma especial algumas parcerias de trabalho, de trocas, de risadas e de anseios: Ana Paula, Carmen, Lucimar, Maila, Marília, Nicholas, Rita, Susana e Vera.

Um agradecimento mais que especial às minhas queridas amigas Dani, Maria José e Vic, que além das partilhas de trabalhos, contribuíram muito para o amadurecimento de algumas reflexões, de forma profunda e sensível, e por vezes, poética. Essas vivências em muito me ajudaram a chegar até aqui.

Também aproveito a oportunidade para agradecer a equipe do Museu Julio de Castilhos, pela acolhida, por todo o auxílio prestado ao longo dos anos em que realizei pesquisa no Museu. Destaco as funcionárias Denise e Angelita, pela forma prestativa e incentivadora com que sempre me trataram e a diretora Dóris, por ter aberto espaço para participar de ações no Museu que me permitiram refletir e aprofundar o estudo relativo à causa indígena.

À minha família, faço um agradecimento repleto de carinho. Aos meus pais Adelaide e João Carlos, a minha cunhada Saraí pelo apoio e torcida, e de maneira especial a minha cunhada Soraia, que lá em 2014 me enviou o edital para ingresso de diplomado, me incentivando a retomar os estudos e me lançar em uma nova aventura. Por isso, minha gratidão!

O meu muito obrigada a minha irmã Janandra, por seu apoio incondicional, especialmente nessa fase final da graduação. Ao meu parceiro de vida, Sinue, por ter sempre me incentivado e dado suporte, com a casa, com as crianças. Aos meus filhos Bernardo e Cecília, pela paciência (quase sempre) em compreender minhas ausências, minhas limitações, e junto comigo fizeram parte dessa caminhada.

Já quase finalizando, e reservando um lugar especial, agradeço ao Jaime Vherá Guyra, por partilhar um pouquinho da sabedoria Mbya Guarani, por em poucas palavras transmitir grandes ensinamentos que me levaram a pensar e assim desenvolver algumas das reflexões contidas nesse trabalho.

Finalmente, preciso fazer um agradecimento (na falta de outra palavra que expresse a imensa gratidão que sinto) a minha orientadora Ana Carolina Gelmini de Faria. Em 2018 conheci uma professora, que em pouco tempo se tornou para mim uma mestra, e ao longo da caminhada em uma amiga e uma irmã. Carol! De verdade, não tenho palavras para descrever o tanto que te admiro e o quanto você foi importante para que eu chegasse ao final do caminho trilhado. Obrigada por sua orientação cuidadosa e inspiradora, e por em nenhum momento ter largado a minha mão. Serei sempre grata!

*Que as pessoas se manifestem e falem sobre
colonização, sobre o processo mesmo de invasão
e todas essas questões precisam ser faladas, para
desbloquear essa consciência que o Brasil não
tem de si mesmo, de onde vem.*

Jaider Esbell, 2021

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as práticas de musealização do patrimônio indígena existente no Museu Julio de Castilhos (MJC), no intuito de identificar as narrativas evocadas a partir dos acervos salvaguardados pelo Museu. O estudo justifica-se por ser uma oportunidade de atentar sobre o papel e o lugar social do Museu Julio de Castilhos frente aos desafios da contemporaneidade. A pesquisa teve como ponto de partida a doação de um petyngua por um membro da etnia Mbyá Guaraní e investiga quais representações indígenas são evocadas por esse gesto, levando em conta a forma como o patrimônio indígena tem sido tratado diante do contexto pós-colonial e a colonialidade. A análise foi realizada em fontes documentais institucionais e bibliográficas, perante uma abordagem qualitativa. A investigação aponta a urgência da instituição incorporar novas proposições sobre os patrimônios dos povos originários, de longo prazo, que estimulem o protagonismo indígena frente às narrativas evocadas a partir de objetos referentes à sua história e suas memórias, assumindo uma postura que corrobore com a descolonização do pensamento museológico.

PALAVRAS-CHAVE

Musealização. Descolonização. Museu Julio de Castilhos. Patrimônio Indígena. Petyngua.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the practices of musealization of the indigenous heritage existing in the Julio de Castilhos Museum (MJC) to identify the narratives evoked from the collections safeguarded by the Museum. The study is justified as an opportunity to look at the role and social place of the Julio de Castilhos Museum in the face of contemporary challenges. The research had as its starting point the donation of a petyngua by a member of the Mbyá Guarani ethnicity and also to identify which indigenous representations are evoked by this gesture, taking into account the way in which the indigenous heritage has been treated in the post-colonial context and the coloniality. The analysis was carried out in institutional and bibliographic documentary sources, using a qualitative approach. The investigation points out the urgency of the institution to incorporate new propositions about the heritage of the native peoples in the long term that stimulate indigenous protagonism in the face of narratives evoked from objects referring to their history and memories, assuming a posture that corroborates with decolonization of museological thought.

KEY WORDS

Musealization. Decolonization. Museu Julio de Castilhos. Indigenous heritage.
Petyngua.

RESUMEN

Este trabajo propone una reflexión sobre las prácticas de musealización del patrimonio indígena existentes en el Museo Julio de Castilhos (MJC), con el fin de identificar las narrativas evocadas a partir de las colecciones custodiadas por el Museo. El estudio se justifica como una oportunidad para mirar el papel y el lugar social del Museo Julio de Castilhos frente a los desafíos contemporáneos. La investigación tuvo como punto de partida la donación de una petyngua por parte de un miembro de la etnia Mbyá Guaraní e indaga qué representaciones indígenas evoca este gesto, teniendo en cuenta la forma en que el patrimonio indígena ha sido tratado en el contexto poscolonial y la colonialidad. El análisis se realizó en fuentes documentales, institucionales y bibliográficas, utilizando un enfoque cualitativo. La investigación señala la urgencia de la institución por incorporar nuevas proposiciones sobre el patrimonio de los pueblos originarios, en el largo plazo, que estimulen el protagonismo indígena frente a las narrativas evocadas a partir de objetos referentes a su historia y memorias, asumiendo una postura que corrobore con la descolonización del pensamiento museológico.

PALABRAS CLAVE

Musealización. Descolonización. Museu Julio de Castilhos. Patrimonio Indígena.
Petyngua.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Jaime Vherá Guyra assinando o termo de doação do petyngua feito ao Museu Julio de Castilhos em 2019	41
Figura 2	Petyngua doado por Jaime Vherá Guyra (ao fundo) ao Museu Julio de Castilhos em 18 de novembro de 20019	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PATRIMÔNIO INDÍGENA NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: dos espólios de uma exposição às narrativas da colonialidade	24
3	DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO: novas perspectivas e protagonismo indígena	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	54
	Anexo A - Objetos indígenas expostos na Sala Domingos José de Almeida, da Exposição Estadual de 1901	58

1 INTRODUÇÃO

A partir do meu ingresso no curso de Bacharelado em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2015, tive a oportunidade de me deparar e refletir sobre várias problemáticas sociais. Dentre estes diversos momentos, destaco uma saída de campo que fiz em 2018/1 na disciplina de Teoria Museológica, na qual fomos motivados a refletir sobre a questão indígena na cidade de São Miguel das Missões, que resultou em um trabalho coletivo, uma mostra fotográfica, intitulada *Esta terra ainda tem dono*¹.

Cabe salientar que, embora eu seja formada em História, não tive ao longo da minha primeira graduação a oportunidade de ter um contato mais direto com as questões e desafios vivenciados pelas comunidades indígenas existentes no Brasil, decorrentes do processo de colonização e que ainda hoje persistem. Por isso mesmo, a experiência mencionada acima me marcou de forma bastante profunda e, sem dúvida, foi o início de uma nova direção em minha formação.

Essas reflexões sobre a situação indígena e seus patrimônios frente à sociedade contemporânea se reforçou durante a montagem da exposição curricular do curso de Museologia *Tic-Tac: nas cordas do tempo* (2019), que teve como temática o tempo e o trabalho, e em um dos núcleos abordou a temporalidade Mbyá Guarani². Após o primeiro contato da turma com a aldeia Jataí'ty, terra indígena do Cantagalo, situada no limite entre Porto Alegre e Viamão, ficou definido que trocaríamos informações a fim de compor a narrativa do núcleo. Por se tratar de uma curadoria coletiva, as colegas Daniela Mei Lipp Nissinen³, Victória Deckmann Santos⁴ e eu ficamos

¹ Os registros da atividade de extensão vinculada à mostra expográfica estão preservados no programa de extensão *Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias*, disponível em <https://memoriamslufrgs.online/tainacan/colecao/pesquisa-e-extensao/>. Acesso em 19.4.2022.

² Os registros da exposição *Tic-tac: nas cordas do tempo* estão preservados no programa de extensão *Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias*, disponível em <https://memoriamslufrgs.online/tainacan/subcolecões-2/tic-tac-nas-cordas-do-tempo/>. Acesso em 19.4.2022.

³ O envolvimento com a temática indígena ao longo da graduação teve por um dos desdobramentos seu Trabalho de Conclusão de Curso. Para mais informações: NISSINEN, Daniela Mei Lipp. **Guardiões do ka'ay (chimarrão): memória e patrimônio vivo da cultura Mbya Guarani**, 2020. 82p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/229725>. Acesso em 19.4.2022.

⁴ O envolvimento com a temática indígena ao longo da graduação teve por um dos desdobramentos seu Trabalho de Conclusão de Curso. Para mais informações: SANTOS, Victoria Deckmann. **Missões Jesuítico-Guarani e protagonismo indígena: inserção de contranarrativas no ensino de História por meio da educação patrimonial**, 2019. 115p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de

responsáveis por manter um diálogo com o cacique Jaime Vherá Guyra no intuito de aprender mais sobre os saberes dos Mbyá Guarani. Esses momentos de estreitamento de laços e convívio foram fundamentais para que eu tomasse maior consciência da complexidade e urgência em se pensar sobre as relações entre a Museologia e a história indígena em nosso país.

Na capital gaúcha, temos uma das mais antigas instituições museológicas do Brasil, o Museu Julio de Castilhos (MJC), criado no limiar do século XX, no ano de 1903⁵, a partir de um decreto, cujos acervos iniciais foram resultantes de uma Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul. Dentre os acervos da Exposição, haviam vários objetos indígenas. Cabe enfatizar que não há como refletir sobre a relação entre museus e patrimônio indígena sem mencionar como o processo de colonização impactou diretamente e de forma irreversível a história dos povos originários, e consequentemente na forma como seus objetos foram representados no Museu.

O resultado desse impacto pode ser observado em vários museus do Brasil, através dos patrimônios indígenas salvaguardados pelos mesmos. No caso do Museu Julio de Castilhos, o acervo de origem indígena foi aumentando ao longo das primeiras décadas, fruto principalmente de doações realizadas por não indígenas, conforme apontam a documentação analisada e as referências consultadas no decorrer do estudo. Como contraponto, menciono um fato marcante que se configura como o ponto de partida da presente pesquisa, a doação de um petyngua (cachimbo) feito de nó de pinho e que foi doado ao Museu Julio de Castilhos por uma liderança da etnia Mbyá Guarani no ano de 2019, que me levou a refletir sobre a importância do acontecimento para a trajetória do Museu. Por um lado, por tratar-se de algo provavelmente inédito na história da instituição, e por outro por suscitar questionamentos sobre as implicações de tal gesto para os rumos do Museu Julio de Castilhos a partir daquele momento.

Importante destacar que tive a oportunidade de presenciar e em certa medida participar do processo que culminaria com a entrega do petyngua. Na época, as colegas Daniela Mei Lipp Nissinen e Victória Deckmann Santos, juntamente comigo,

Graduação em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212491>. Acesso em 19.4.2022.

⁵ Embora o ano de fundação do Museu Julio de Castilhos seja datado em 1903, existem estudos mais atuais que apontam documentações que indicam que o decreto de criação do Museu seja anterior, do ano de 1901 (MELO, 2019).

fomos convidadas a mediar uma aproximação com a comunidade Jatai'ty, visto que a equipe do Museu Julio de Castilhos tinha a intenção de reorganizar a sala indígena existente no Museu, e para isso desejava contar com a participação de membros de comunidades indígenas das proximidades. Desse modo, fomos até a aldeia juntamente com funcionários da instituição, ocasião onde se estabeleceram os primeiros diálogos. Na sequência, em diversas oportunidades pequenos grupos da Cantagalo foram até o Museu para conhecer o espaço, trocar ideias e também para expor e vender seu artesanato. Tais contatos se fizeram constantes ao longo da reconfiguração da sala indígena quando, por exemplo, foi feito um gesto simbólico de plantio de milho tradicional no terreno situado atrás do Museu Julio de Castilhos. Até que no final do ano de 2019, Jaime Vherá Guyra presenteou a instituição com o referido petyngua, acontecimento documentado com fotos e termo de doação, que se encontra no Museu Julio de Castilhos. Esta e outras reflexões advindas do relato feito acima, me fizeram questionar, sobre o lugar ocupado pelos patrimônios indígenas no Museu Julio de Castilhos, até a doação do petyngua, que entendo como um ponto de inflexão na trajetória do Museu.

A breve explanação acima ajuda a compreender meu lugar de fala, bem como o meu problema de pesquisa. **Que características evidenciam os processos de musealização protagonizado no Museu Julio de Castilhos no que se refere ao patrimônio indígena? O que o gesto da doação de um petyngua (cachimbo) ao Museu Julio de Castilhos, feita por uma liderança da etnia Mbyá Guarani, nos desafia a refletir sobre a descolonização do pensamento museológico?**

No intuito de elucidar os problemas propostos foram levantados alguns objetivos a serem alcançados. **O objetivo geral se configura por analisar os processos de musealização acerca do patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos, identificando as narrativas evocadas a partir destes acervos, e que novas possibilidades podem ser aventadas após o gesto de doação de um petyngua, feita por uma liderança Mbyá Guarani.** Como objetivos específicos foram delineados:

- a) Identificar o contexto que originou o acervo de objetos indígenas existentes no Museu Julio de Castilhos;
- b) Investigar, a partir das práticas de musealização, quais as representações e narrativas evocadas a partir do patrimônio indígena existente no Museu;

c) Analisar novas possibilidades de representação dos patrimônios indígenas, que estimulem o protagonismo indígena frente às narrativas a serem evocadas sobre os objetos representativos da sua história e de suas memórias.

Com a finalidade de compreender melhor o objeto de estudo se fez necessário evidenciar publicações que dialogassem com a proposta da pesquisa. Assim, foram levantados trabalhos cujo enfoque estivesse centrado no patrimônio indígena na perspectiva nacional, e mais especificamente no Museu Julio de Castilhos, procurando identificar indícios da forma como estes acervos têm sido representados e narrados pelas instituições que possuem a sua salvaguarda. Outra questão levantada foi considerar os conceitos de colonialidade e descolonização para compreender os contextos que levaram a incorporação dos objetos indígenas como acervo de diversos museus, fato decorrente do processo de colonização efetivado no Brasil, no intuito de verificar como estes conceitos podem ou não se aplicar ao contexto do Museu Julio de Castilhos

Para efetivar a pesquisa foram selecionadas algumas palavras-chave para buscas em repositórios e bancos de dados. As principais palavras de busca foram: Patrimônio indígena; Museologia Social + Patrimônio indígena; Museologia social; colonialidade; descolonização. Dentre os resultados selecionei alguns trabalhos para demonstrar tal diversidade de abordagens e possíveis diálogos com a pesquisa proposta. Estas buscas foram relevantes para definir os aspectos que permearam a pesquisa; para fins didáticos a apresentação dessas obras será organizada em conjuntos, sendo eles: Patrimônio indígena no museu: narrativas e representações; Colonialidade e descolonização; Museologia Colaborativa: novas narrativas e protagonismo indígena.

Primeiramente foram levantadas obras que abordam como o patrimônio indígena tem sido representado nos museus, a fim de verificar as narrativas e representações evocadas a partir destes acervos. Ao longo da pesquisa foram mapeadas cinco produções que vão ao encontro do objetivo da investigação, embora algumas de forma indireta, como se verá a seguir.

A tese *A imaginária guarani como dispositivo educativo em museus do Rio Grande do Sul (1903-1993)*, de Natália Thielke (2019), problematiza o percurso museal de cinco esculturas sacras, que se constituem em obras da imaginária guarani, em três museus do Rio Grande do Sul: Museu Julio de Castilhos; Museu das Missões; e Museu de Arte do Rio Grande do Sul. A autora analisa os processos de

musealização pelos quais as referidas obras passaram e como estas sofreram diferentes atribuições de valores durante o período analisado. Esta pesquisa possui relevância para o presente projeto na medida em que propicia reflexões sobre como os objetos e as narrativas a eles associadas podem produzir discursos sobre as práticas sociais e a história a ser forjada como oficial.

A dissertação *Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958)*, de Roberta Madeira de Melo (2019), aborda as representações indígenas no Museu Julio de Castilhos no período de 1901 até 1958, a partir do conceito de imaginário. A autora problematiza quais foram os sentidos atribuídos ao acervo indígena ao longo do tempo, com base na teoria decolonial, que coloca em pauta como as representações produzidas sobre os povos originários têm sido feitas em uma perspectiva colonizada. A partir deste estudo a autora reforça o museu como um dos produtores de sentidos em uma dada sociedade e, ainda, como estes podem conformar determinadas representações e discursos sobre os grupos sociais que a compõem.

A monografia intitulada *Petyngua - símbolo da vida Guarani*, de Belarmino da Silva (2015), trata do lugar central ocupado pelo petyngua no modo de ser guarani, ao apresentar a importância e os diversos usos do mesmo. A escrita assume uma maior relevância por ter sido feita por um representante da etnia Guarani e para a pesquisa contribui no sentido de reafirmar a força simbólica de um petyngua ter sido doado por um Mbá Guarani ao Museu Julio de Castilhos, contrapondo a trajetória dos outros diversos petynguas existentes no Museu.

O artigo *Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: o que o museu tem a ver com a educação?*, de José Ribamar Bessa Freire (2016), problematiza sobre a influência da escola, do museu e da mídia na construção da imagem sobre o índio internalizada pelas pessoas. A pesquisa foi feita a partir de duzentas entrevistas e é bastante elucidativa quanto às representações dos povos indígenas, ao demonstrar o quanto o preconceito ainda persiste na sociedade, tendo em vista o desconhecimento das pessoas. Esse estudo traz à tona questões sobre como os museus têm contribuído ou não para minimizar preconceitos arraigados na sociedade, nesse caso sobre os povos originários.

O artigo *A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro*, de Marina Cavalcanti Vieira (2019), aborda a Exposição Antropológica

ocorrida no Museu Nacional em 1882, que além de objetos expuseram uma “família” de sete indígenas da etnia Nak-Nanuk, vindos da região do Espírito Santo, que eram denominados no período como botocudos por usarem botoques no lábio inferior. A autora aponta que se tratou de uma versão similar aos zoológicos humanos que existiam na Europa na época, com base nas teorias raciais em voga. Tais exposições trazidas à luz da ciência difundida na época reforçavam a forma como os indígenas eram representados, não como seres humanos, mas como meros objetos de estudo da ciência e de curiosidade do público.

As representações indígenas construídas ao longo da história brasileira são permeadas pelo processo de colonização e suas consequências. Desse modo, é importante verificar obras que abordam os impactos da ocupação europeia nas Américas.

O estudo intitulado *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, de Aníbal Quijano (2005), traz o conceito de colonialidade para representar a permanência das estruturas coloniais no contexto pós-colonial na América. O autor aponta que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, ou seja, o sistema de exploração, a desigualdade social e as questões raciais permaneceram e podem ser percebidas até a contemporaneidade. Esta obra ajuda a compreender o lugar ocupado pelos povos indígenas dentro de uma narrativa da história oficial que desde o início do processo colonial os colocou em uma posição subalterna.

O artigo *Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão*, de Marília Xavier Cury (2017b), aborda a necessidade dos museus se descolonizarem construindo novas formas de comunicação sobre e com as populações indígenas. A partir deste estudo a autora aponta experiências vivenciadas como as culturas Terena, Kaingang e Guarani Nhandeva, na região oeste do estado de São Paulo. A pesquisa é importante, pois permite uma reflexão sobre novos caminhos possíveis a partir do conceito de descolonização dos museus.

O artigo *Circuitos museais a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena*, de Marília Xavier Cury (2017a), trata da forma como os indígenas têm sido representados nos museus ao longo do tempo e aponta a emergência de se construir novas narrativas a partir da descolonização dos museus. O processo de descolonização dos museus possibilita novas abordagens e narrativas acerca dos acervos indígenas. Experiências advindas da Museologia Social, denominadas como Museologia colaborativa trazem novos olhares sobre os povos indígenas, e mais, dão

protagonismo aos mesmos, uma vez que as exposições não são feitas sobre, mas com os indígenas.

O artigo intitulado *O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo*, de Josué Carvalho (2012), aborda o processo de musealização da cultura indígena, seja a partir do patrimônio material ou imaterial. E ao trazer a complexidade dessas ações reforça a importância da presença dos grupos indígenas envolvidos, no intuito que sejam protagonistas de sua história e suas memórias.

O artigo *“Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas*, de Adriana Russi e Regina Abreu (2019), propõe que seja feito um exercício colaborativo e simétrico entre aqueles que estudam e representam as diferentes culturas e aqueles que as vivenciam cotidianamente. Ao analisar o tema, as autoras trazem experiências de campo, com dados sobre a “museologia colaborativa” no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, em Florianópolis, e no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

O artigo *Dja Guata Porã: o rio indígena que desaguou no MAR*, de Mariane Aparecida do Nascimento Vieira (2019), faz uma reflexão sobre como os processos que culminaram na independência de antigas colônias europeias acabaram por legitimar o poder colonial. A autora aponta que a partir do movimento da Nova Museologia surgiram ações que aproximam o museu da comunidade, possibilitando a inserção dos grupos relacionados às coleções salvaguardadas dentro das instituições. O estudo narra a experiência da exposição *Dja Guata Porã: Rio de Janeiro Indígena*, inaugurada em maio de 2017 no Museu de Arte do Rio (MAR), localizado na cidade do Rio de Janeiro, feita a partir da parceria entre museu e grupos indígenas.

Os trabalhos referenciados acima dão conta de vários aspectos que norteiam o estudo proposto, contudo em nenhum deles se verifica o objetivo de analisar quais os reflexos das narrativas evocadas sobre o acervo indígena existente no Museu Julio de Castilhos na contemporaneidade. Embora já existam produções que tratem das representações indígenas na instituição, nenhuma se propõe a analisar as ações da instituição à luz de novas abordagens, nas quais os membros dos povos originários assumem o protagonismo frente aos seus patrimônios salvaguardados nos museus. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para refletir sobre o papel e o lugar do Museu Julio de Castilhos frente aos desafios a serem enfrentados acerca dos patrimônios indígenas na atualidade.

A presente pesquisa teve como propósito analisar quais as representações indígenas têm sido evocadas a partir das narrativas produzidas no Museu Julio de Castilhos. Desse modo, se faz necessário abordar conceitos e procedimentos que conduziram o estudo.

Para a realização da pesquisa foram tomados dois conceitos norteadores para efetivar a proposta da investigação. O primeiro deles é *colonialidade*, com base nos estudos do autor Aníbal Quijano (2005); o segundo é o conceito de *descolonização*, tomados a partir de dos autores Marília Xavier Cury (2017a e 2017b) e Bruno Brulon (2020).

Ao analisar o processo histórico que levou a conquista da América e a consolidação do sistema colonial, Aníbal Quijano propõe uma reflexão a partir das relações econômicas e o uso da ideia de raça como legitimadora da suposta supremacia europeia.

De acordo com Quijano (2005) o desenvolvimento do capitalismo mundial levou a esse controle e dominação do trabalho a partir da ideia de raça como parte de um novo padrão de poder mundial, assim a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas, como da subjetividade, da cultura, e em especial, da produção do conhecimento. Assim, os povos dominados eram vistos como raças inferiores, menos capazes, representações que perduram até hoje no campo simbólico. Reprimiram tanto como puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005).

Dessa forma, a *colonialidade* se configura na persistência de certas representações e pontos de vista nas narrativas históricas que privilegiam o papel e o lugar de uma perspectiva colonizadora em detrimento da visão do Outro, neste caso dos povos originários sobre o processo histórico. Este olhar colonizado tem se perpetuado também nas instituições museológicas e podem ser percebidos na forma como os patrimônios oriundos dos povos subjugados foram incorporados nos acervos e também nas narrativas evocadas a partir deles.

Nesse sentido, é que um novo modo de pensar os museus e os seus acervos se caracteriza como um movimento de *descolonização* pelo qual estas instituições

devem passar. Conforme Bruno Brulon (2020) trata-se ao mesmo tempo em dar novos direcionamentos ao fazer museológico e garantir um espaço de fala para os grupos cujos patrimônios se encontram salvaguardados nas instituições, e que demarcam a persistência da colonialidade. Assim, Cury (2017b) pontua que para haver uma descolonização dos museus é preciso que a gestão de acervo no museu se descolonize. Desse modo, não basta repensar os acervos já existentes nos museus, mas é preciso atribuir novos significados, a partir da fala dos grupos a quem de fato pertence a história desses objetos, e mais, é preciso considerar o diálogo destes acervos com novos, advindos da produção e do entendimento dos povos originários.

Assim, a presente pesquisa teve como propósito mapear, a partir da documentação encontrada, como se efetivaram as práticas de musealização acerca do patrimônio indígena e quais as narrativas decorrentes delas. A seguir serão apresentados os materiais e métodos utilizados na pesquisa, que serão responsáveis por operacionalizar a análise.

O estudo proposto trata-se de uma pesquisa acadêmica, de natureza básica, cuja análise tem se realizado em fontes bibliográficas e documentais, com estudo de caso, a partir de uma abordagem qualitativa, a fim de identificar o contexto que desencadeou a incorporação dos acervos indígenas no Museu Julio de Castilhos, no intuito de analisar quais são as narrativas evocadas a partir destes objetos. Para tanto, foram consultadas fontes de pesquisa provenientes de documentação direta e indireta.

A pesquisa na documentação direta, consiste em livros contendo as correspondências enviadas e recebidas do Museu Julio de Castilhos. A referida documentação é composta por relatórios de visitação, relatórios anuais, trocas de correspondências com outras instituições, recebimento e envio de publicações, entre outros. Importante destacar que, embora não tenha havido a delimitação de um recorte temporal, a ênfase recaiu sobre as primeiras gestões, que correspondem a primeira metade do século XX, por conformar a constituição inicial das coleções dos patrimônios indígenas no Museu. A consulta permitiu compreender em que contexto se deu a incorporação dos acervos indígenas no Museu, além de levantar indícios sobre quais as narrativas foram evocadas a partir deles. O estudo também foi realizado em fontes bibliográficas, cujos trabalhos tiveram como objeto de pesquisa o patrimônio indígena existente no Museu Julio de Castilhos.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa foram organizados em quatro seções. Primeiramente, foi introduzido o debate a partir do contexto, bem como foram apontados o problema, objetivos e motivações que levaram ao desenvolvimento do estudo.

A segunda seção intitulada **PATRIMÔNIO INDÍGENA NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: dos espólios de uma exposição às narrativas da colonialidade** apresenta um breve histórico do Museu Julio de Castilhos, no que se refere às práticas de musealização acerca do patrimônio indígena, a fim de identificar as narrativas evocadas a partir dos mesmos.

A terceira seção, denominada **DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO: novas perspectivas e protagonismo indígena** analisa a partir do gesto de doação de um petyngua protagonizada por uma liderança da etnia Mbyá Guarani, novas possibilidades de abordagens acerca dos patrimônios indígenas existentes no Museu Julio de Castilhos.

A última seção apresenta algumas considerações acerca do estudo proposto, sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos, a fim de refletir como as práticas de musealização têm refletido nas narrativas evocadas sobre os povos originários nos museus. Essa pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre a urgência de efetivar novas perspectivas para o patrimônio indígena que abram espaço para o protagonismo dos mesmos, frente aos seus acervos que se encontram sob a guarda dos museus.

2 PATRIMÔNIO INDÍGENA NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: dos espólios de uma exposição às narrativas da colonialidade

O Museu Julio de Castilhos se situa no Centro Histórico da capital gaúcha⁶, foi criado oficialmente no ano de 1903, embora existam referências que apontem sua criação em data anterior, no ano de 1901 (MELO, 2019). A constituição do Museu do Estado se insere no contexto nacional da época, em que diversas instituições de caráter enciclopédico se originaram no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX⁷, cujos interesses se voltavam para as coleções de Ciências Naturais. Como pano de fundo havia o cenário sócio-político brasileiro, que preconizava o desenvolvimento econômico, através de um discurso civilizador da agricultura, que apostava na diversificação da economia através de exposições de produtos. Assim como em outros locais do país, o acervo do Museu do Estado do Rio Grande do Sul teve origem nos espólios de uma grande exposição, que foi denominada Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada no campo da Redenção (NEDEL, 2005).

A formação inicial do acervo preservado pelo Museu Julio de Castilhos procurava reunir e classificar produtos naturais, difundindo saberes científicos, ao mesmo tempo que tinha como missão salvaguardar objetos ligados à cultura do homem. É importante frisar, que embora estivesse presente em seu regulamento um caráter histórico, a primeira gestão, que teve como diretor o engenheiro Francisco Rodolpho Simch⁸ (1903-1925), foi marcada por uma ênfase nas coleções de História Natural, em especial as de mineralogia, área de interesse de Simch.

O contexto apontado acima reflete a realidade presente em boa parte dos museus no Brasil nesse período, em que as gestões assumiram formatos personalistas que refletiam o ponto de vista daquele que estava à frente da instituição. Portanto, não foi obra do mero acaso a escolha dos diretores no Museu Julio de Castilhos, cujas preferências refletiam os interesses e pensamento da época. Assim, a segunda gestão da instituição, iniciada nos anos 1920, coincidiu com o declínio dos museus de viés científico, com novos direcionamentos políticos e com o início da

⁶ O Museu Julio de Castilhos localiza-se à Rua Duque de Caxias, 1205 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

⁷ Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1883), o Museu Paulista (1894)

⁸ Foi o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos. Bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano de seu falecimento. (POSSAMAI, 2014).

chamada “guinada para a História” no Museu. Desse modo, a escolha do literato Alcides Maya⁹ (1925-1939) como novo diretor é compreensível, uma vez que o mesmo já havia proposto a criação de um museu histórico para o Rio Grande do Sul, e de fato, ao assumir a direção, Maya procurou dar ênfase ao acervo histórico. Nesse momento o Museu Julio de Castilhos sofreu uma alteração em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e outro de História Nacional. A este último foi integrado à seção histórica do Arquivo Público, transferida para a sede do Museu em outubro de 1925. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (SILVA, 2018). Esse processo, que culminaria com a transformação do Museu Julio de Castilhos de um museu enciclopédico em um museu histórico, ocorreu de forma lenta e gradual, se consolidando apenas na década de 1950.

Ao se fazer este breve apanhado das primeiras gestões do Museu Julio de Castilhos se pretende compreender em que contexto se deu a formação inicial dos acervos, que em suas coleções continha objetos indígenas de diferentes etnias. Estava presente no primeiro regulamento do Museu a intenção de reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul, assim como os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico, e também os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos. Assim como ocorria em outros museus do país nessa época, o interesse no patrimônio indígena preconizado no regulamento do Museu estava voltado ao caráter arqueológico e etnológico das coleções presentes na instituição, fato que viria a se refletir no tratamento dado a estes objetos, nas décadas seguintes da trajetória do Museu Julio de Castilhos.

Conforme mencionado, a origem da coleção etnológica do Museu é oriunda da Exposição de 1901 e conforme Melo (2019),

No *Catálogo da Exposição Estadual de 1901* há a informação que os objetos indígenas expostos pelo Museu do Estado na sala Domingos José de Almeida foram: “uma panela de bugre”, pontas de flechas, dois machados, três panelas e um pote (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 379 e 380). Na mesma sala foram expostos aproximadamente 140 objetos indígenas, cujos expositores eram de diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Os artefatos

⁹ Escritor, jornalista e político. Foi Deputado Federal pelo PRR (Partido Republicano do Rio-grandense). Em 1924, foi nomeado diretor do Arquivo Público, onde trabalhou até ser transferido para o Museu Julio de Castilhos (SILVA, 2018).

expostos nesta sala foram recolhidos para o museu e ficaram guardados em uma das salas da Escola de Engenharia até a fundação oficial do Museu do Estado, em 1903, quando foram divididas em duas salas da Secretaria de Obras Públicas em um dos pavilhões dos Campos da Redenção (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 2-3 apud MELO, 2019, p. 39 Grifo da autora).

Na sequência Melo (2019) traz um quadro com mais de quarenta nomes de expositores provenientes de diferentes localidades do Estado (ver anexo 1), que disponibilizaram objetos indígenas, dos quais muitos foram recolhidos para a criação do Museu, após o término da Exposição (MELO, 2019). Ainda no Catálogo da Exposição consta uma lista de objetos oriundos do Museu Barbedo, coleção particular dos irmãos Octácilio e Arnaldo Barbedo, com 8610 exemplares, divididos em: seção mineralógica, seção numismática, seção craniológica, seção botânica, seção ofiológica, seção ornitológica, seção paleontológica e seção entomológica, além de objetos indígenas que figuravam em cerca de 790 exemplares (MELO, 2019).

Um aspecto levantado pela autora (2019) chama a atenção, ao destacar um trabalho realizado pelo então diretor Dante de Laytano¹⁰ (1952-1958) e seus alunos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre os artefatos indígenas no Museu, em que ele afirma na introdução que “O material indígena existente, no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, é original, todo ele, da Exposição Estadual que se realizou em Porto Alegre, no ano de 1901. (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p.1 apud MELO, 2019, p. 39). No entanto, a documentação das primeiras décadas de funcionamento do Museu indica que em diversos momentos o Museu recebeu por meio de doação ou compra artefatos de origem indígena. Por exemplo, em 1904 há registros de queixa do diretor Simch de que a seção antropológica e etnológica era a mais pobre da instituição, porém, no relatório de 1906, o diretor comemora o aumento das coleções, destacando que só a coleção etnológica teria aumentado de 192 exemplares para 1534 objetos. Melo (2019) aponta que desde a fundação até 1906, o Museu Julio de Castilhos adquiriu por meio de compra ou doação, além de artefatos expostos na Exposição de 1901, a coleção dos irmãos Barbedo e também obteve a doação de objetos provenientes de outras cidades do Estado até o ano de 1905. A autora ainda sinaliza que a aquisição foi diminuindo nos

¹⁰ Intelectual destacado em diferentes campos de conhecimento, como jornalismo, direito, educação e história. Participou como agente da fundação de inúmeras instituições de ensino e produção de conhecimento. O ingresso no círculo de historiadores teve como percurso o próprio Museu Julio de Castilhos, onde entrou pela mão de Eduardo Duarte e Alcides Maya. Após ser diretor do Museu Julio de Castilhos, se dedicou à carreira acadêmica, da qual se aposentou em meados da década de 1980 (NEDEL, 1999).

anos subsequentes (MELO, 2019). Entretanto, as referências (MELO, 2019) e documentação analisada acerca das próximas gestões (RIO GRANDE DO SUL, 1943, 1947, 1950-1951) apontam que as coleções indígenas continuaram a receber exemplares, nas décadas seguintes, com se verá mais adiante.

Desse modo, ao longo da gestão de Rodolpho Simch, a ênfase das pesquisas recaiu sobre as coleções de História Natural. Nesse período foram organizadas excursões científicas com o objetivo de encontrar principalmente exemplares minerais e da fauna, sendo que artefatos indígenas só eram coletados se fossem encontrados de forma aleatória (MELO, 2019). No entanto, isso não implica afirmar que as coleções etnológicas não fossem valorizadas. Melo (2019) destaca um artigo escrito por um dos irmãos Barbedo, cujas coleções indígenas foram vendidas ao Museu Julio de Castilhos, descrevendo a riqueza dos artefatos indígenas existentes no Rio Grande do Sul, e ao dar destaque a uma igaçaba encontrada no litoral gaúcho, faz uma comparação com a cerâmica marajoara, produzida pelos indígenas na região norte do Brasil. Melo (2019) afirma que no seu ponto de vista,

Ao pensar no contexto histórico ao qual Barbedo (1906) escreve este artigo pode-se entender o porquê da necessidade de registrar que no Rio Grande do Sul também existiam materiais arqueológicos e locais a se explorar cientificamente, pois naquela época os museus com maior visibilidade, como o Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista também tinham em suas atividades e produções registros da riqueza arqueológica do país, principalmente das regiões norte e sudeste. [...] Apesar de Octacílio Barbedo não ser funcionário do Museu Júlio de Castilhos, seu artigo apresenta parte da coleção etnológica, no caso as cerâmicas, e deixa pistas de como a coleção era entendida. A coleção etnológica fazia parte do rico conjunto de elementos que formava a história natural do Rio Grande do Sul. (MELO, 2019, p. 58)

Desse modo, se por um lado a primeira gestão do Museu Julio de Castilhos apresenta contornos bem personalistas marcados pelas predileções pela História Natural por parte do diretor Rodolpho Simch, por outro lado, também denota que suas ações se norteavam pelas agendas do Estado, visando a busca por prestígio político, reconhecimento profissional e progressão na carreira, além de enxergarem a ciência como promotora do progresso, na modernidade e da civilização, vendo-a como forte fator de intervenção na realidade social e política (SANJAD, 2005). Daí a importância em se ressaltar não apenas as riquezas naturais do Estado, mas também as advindas das coleções arqueológicas e etnográficas, em prol do desenvolvimento científico do

Rio Grande do Sul. Ao abordar a gestão de Simch, a autora Thielke (2018, p. 49) afirma que

[...] o Museu do Estado se configurou como um local comprometido com as ações ditas científicas de ordenar, classificar e hierarquizar as sociedades humanas, demonstrando visualmente a partir dos objetos expostos as sucessivas etapas evolutivas integrantes de um processo que conduziria ao estágio final de civilização. Compreende-se, a partir disso, o esforço contínuo da diretoria do Museu em comprar e coletar através de expedições técnicas ao interior do Estado diferentes artefatos representativos das culturas indígenas, como fragmentos de cerâmica, bolas de boleadeira, urnas funerárias. Além desses objetos, materiais de ciências naturais também eram coletados nessas saídas a campo, uma vez que não se poderia contar apenas com as doações para que as coleções de mineralogia, botânica e zoologia fossem aumentadas. O esforço por ampliar as redes sociais de comunicação do Museu do Estado foi feito também no sentido de estabelecer vínculos com instituições nacionais, estaduais e até mesmo estrangeiras. No livro de ofícios expedidos pela diretoria do Museu, no ano de 1905 é possível encontrar um modelo de convite enviado por Rodolfo Simch às Intendências Municipais solicitando materiais que venham a contribuir para a ampliação da coleção do Museu.

Tais afirmações ajudam a entender o pensamento científico vigente nas primeiras décadas da República, e ao mesmo tempo permite refletir sobre o lugar ocupado pelos povos indígenas, no Museu Julio de Castilhos nesse período. Segundo Melo (2019) não existem muitas evidências que nos permitam compreender como a coleção etnológica era trabalhada no Museu nas primeiras décadas, e sinaliza que

Uma das poucas evidências que trazem à luz a reflexão sobre o entendimento dos funcionários do Museu Júlio de Castilhos sobre a coleção etnológica foi encontrada no relatório do museu datado de 1904. Quando o diretor Simch justificou sobre o porquê de os objetos adquiridos da região das missões estarem localizados na terceira seção (antropológica e etnológica) da instituição. Assim o diretor argumentava: [...] visto ser justo mostrar de um lado a rudez dos trabalhos dos nossos indígenas e do outro o alto grau de aperfeiçoamento a que estes mesmos indígenas chegaram sob a hábil direção daqueles paladinos da civilização de outra era. (RIO GRANDE DO SUL, 1905a). Para o diretor os povos Guarani que viveram nas diferentes aldeias da região missioneira só foram capazes de fabricar objetos “com alto grau de aperfeiçoamento” (RIO GRANDE DO SUL, 1904), porque tinham sob suas tutelas os paladinos, padres jesuítas. Na opinião de Simch, os artefatos só tinham um grau de aperfeiçoamento devido à presença de europeus, no caso, padres jesuítas nas aldeias missioneiras, visto que os povos indígenas, compreendidos como “primitivos” pela literatura antropológica da época, não eram capazes de confeccionar objetos daquele patamar sozinhos. (RIO GRANDE DO SUL, 1904 apud MELO, 2019, p. 60)

Assim, se evidencia a visão tutelada e subordinada que os indígenas eram apresentados a partir de seus patrimônios presentes no Museu Julio de Castilhos. Tal percepção pode ser apontada como fruto da persistência da colonialidade, que se

configura na permanência de um pensamento colonial, mesmo após o fim do colonialismo. Conforme Quijano (2005) o desenvolvimento do capitalismo mundial levou ao controle e dominação do trabalho a partir da ideia de raça como parte de um novo padrão de poder mundial, na qual a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas, como da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento. Assim, os povos dominados eram vistos como raças inferiores, menos capazes, representações que perduram até hoje no campo simbólico. Reprimiram tanto como puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005). Desse modo

[...] a colonialidade se configura na persistência de certas representações e pontos de vista nas narrativas históricas que privilegiam o papel e o lugar de uma perspectiva colonizadora em detrimento da visão do Outro, neste caso dos povos originários sobre o processo histórico. Este olhar colonizado tem se perpetuado também nas instituições museológicas e podem ser percebidos na forma como os patrimônios oriundos dos povos subjugados foram incorporados nos acervos e também nas narrativas evocadas a partir deles. (FARIA; QUADRADO, 2021, p. 131)

Essa visão excludente dos povos indígenas no Museu Julio de Castilhos pode ser percebida também na gestão seguinte, por exemplo, na visão que Maya tinha acerca dos povos indígenas, em relação à história do Rio Grande do Sul. Conforme Melo (2019, p. 71)

A exclusão dos povos indígenas da história ocorria na medida em que não eram considerados pertencentes à mesma raça que a branca, e sim de uma raça inferior. Os povos indígenas eram os outros na perspectiva do Museu Júlio de Castilhos, isto fica perceptível ao se analisar uma troca de correspondência entre o museu e o fotógrafo Raphael Ferrari. Em 1928, Raphael Ferrari envia uma correspondência para o diretor do Museu Júlio de Castilhos relatando que gostaria de pintar umas fotografias de indígenas para o museu, já que este estava construindo uma Pinacoteca Histórica.

A resposta negativa do diretor apresenta indicativos de seu posicionamento em relação aos povos indígenas, conforme se verifica a seguir:

Em resposta à vossa carta enviada dia 02 do corrente, na qual apresenta a proposta de reproduzir em tela alguns retratos de índios, a fim de figurarem nas galerias do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, de acordo com o plano deste Instituto, presentemente, só aceito temas artísticos referentes ao nosso Estado. Futuramente, porém, poderão

ser incorporados, igualmente, às coleções do Museu, quadros de assuntos brasileiros ou americanos. Considero, portanto, inaceitável a vossa proposta (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 4 apud MELO, 2019, p. 71).

Desse modo, segundo a percepção de Maya, os povos indígenas eram vistos como um tema não pertencente à história do Rio Grande do Sul. Esses indícios sugerem que as coleções etnológicas cumpriam o papel de demarcar a memória a ser forjada sobre a sociedade rio-grandense a partir das diferenças com outros povos, não incorporados à história oficial. Os indígenas neste caso eram percebidos como os outros, pertencentes a um passado remoto, anterior à história do Estado. E embora o Museu tenha permanecido fechado praticamente todo tempo ao longo dos quatorze anos em que esteve à frente da Instituição, essa visão provavelmente estava presente em suas produções científicas e desse modo era compartilhada com seus pares.

A postura adotada frente aos acervos indígenas coloca em evidência a realidade de que “[...] ao mesmo tempo em que os indígenas eram colocados à margem da sociedade brasileira, o racismo estrutural removia dos seus objetos musealizados os traços da experiência indígena antes da musealização” (BRULON, 2020, p. 15). Ou seja, os artefatos indígenas ficavam reduzidos à mera curiosidade científica, apresentados em um contexto de espaço-tempo congelado, destituído de humanidade, de historicidade.

Após a saída de Alcides Maya, foi o médico sanitalista e educador Emílio Kemp¹¹ (1939-1950) quem assumiu a direção do Museu. Diferentemente de seu antecessor, Kemp tão logo que chegou no Museu Julio de Castilhos tomou a iniciativa de reorganizar as coleções para logo em seguida reabrir as portas do Museu para todos os públicos, em especial aos escolares (RIO GRANDE DO SUL, 1939). A justificativa para tal gesto estava diretamente ligado a sua visão acerca da função dos museus, que para ele seria de

[...] contribuir para o desenvolvimento da cultura geral do Estado. [...] um Museu fechado, por mais ricas que sejam suas coleções, é uma instituição inexistente. [...] Era um simples depósito coleções incompletas, desorganizadas, sem nenhuma finalidade educativa” [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 11)

¹¹ Emílio Kemp Larbeck Filho, natural do Rio de Janeiro, nasceu em 9 de outubro de 1874 e faleceu em 9 de outubro de 1955, na cidade de Porto Alegre. Foi médico, jornalista, educador e escritor. Dirigiu o Museu Julio de Castilhos nos anos de 1939 até 1950, quando se aposentou (MARTINS, 1978).

Este posicionamento seguiu firme ao longo de sua gestão (RIO GRANDE DO SUL, 1939, 1945, 1947, 1948-1949), de ver no museu um espaço privilegiado para que os conhecimentos fossem difundidos, não apenas à comunidade científica, mas especialmente ao público não especializado, dentre eles os escolares. Nesse sentido, as salas expositivas se converteram em espaços educativos, vistas por Kemp como colégios para o ensino de todos os graus, como o próprio Kemp sinaliza no relatório anual 1948 ao afirmar que os museus

[...] não são simples mostruários de antiguidades, de objetos notáveis pelo seu valor histórico ou científico, ou de curiosidade por qualquer circunstância, porém, verdadeiros institutos de ensino, podemos dizer colégios para o ensino de todos os graus, inclusive o superior, e é nesse sentido que os museus são hoje considerados em todo o mundo civilizado [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949, p. 194)

Quanto ao acervo indígena, a documentação aponta que uma das salas expositivas recebeu o nome de Alcides Maya e serviu para abrigar os objetos indígenas. A percepção do público sobre os materiais expostos na referida sala pode ser intuída em cartas de agradecimento recebidas por Kemp, por ter ele mesmo guiado turmas de escolares nas visitas ao Museu. Em uma delas

Ontem dia 14 de abril, fomos ao Museu Julio de Castilhos do qual é diretor o sr. Emílio Kemp, ex-diretor da Escola Normal. Na entrada, as primeiras coisas que vimos, foram os canhões [...]. Depois quando subimos para dar mais uma olhada na sala dos Índios tivemos a grande honra, a distinção de receber explicações do Sr. Emílio Kemp em pessoa. Como ouvimos em silêncio suas palavras. Sabemos como os Índios enterravam seus mortos, vimos a igaçaba até com a panela de comida; sabemos que aqueles lindos enfeites de penas eram dos homens e não das mulheres, delas eram os colares de bicos e dentes de bichos; vimos as redes feitas de fios vegetais onde já tinham dormido corumins e cunhatains . O Dr. Emílio Kemp ainda nos explicou sobre o habito e forma de fumar dos índios e nos falou sobre o uso dos machados e panelas de pedra e, infelizmente, o telefone chamou e o Dr. Emílio Kemp nos deixou. Mas gostamos tanto que vamos pedir para mandar uma cartinha. (RIO GRANDE DO SUL, 1944, p.142).

O relato feito por um estudante traz indícios de uma história dos povos originários fixada em um passado longínquo, de certo modo idealizado e cristalizado em outro espaço-tempo, representados como o outro. Para Melo (2019, p. 118)

[...] os efeitos produzidos sobre os povos indígenas a partir dos sentidos construídos na narrativa do Museu Júlio de Castilhos foram de inferioridade e inexistência no tempo presente, pois as nações indígenas no museu existiam no passado, não glorioso tal como dos portugueses, mas “primitivo” e distante da realidade.

Nesse sentido, a busca por recuperar o passado dos povos indígenas, vistos naquele contexto como pertencentes a outro tempo que não o presente, se manifestou de diferentes formas. Primeiramente, segundo Melo (2019, p.100)

[...] houve um aumento de aquisições de objetos indígenas significativo durante a gestão de Emílio Kemp em comparação com a de Alcides Maya. Infelizmente, muitos objetos não estão especificados na documentação consultada, ou seja, existem informações sobre objetos indígenas doados ou adquiridos, mas não o que eram ou à quais povos pertenciam.

A documentação e referências analisadas sugerem que de fato, o interesse de Kemp pela aquisição de objetos indígenas durante a sua gestão foi uma constante, seja através de pedidos de doação feitos por ofício ao Secretário de Educação e Cultura (RIO GRANDE DO SUL, 1942), seja por meio de expedições científicas, como demonstra um relatório de 1948, em que o funcionário Ascanio Fredini coletou fragmentos de cerâmica indígena encontradas em sambaquis no litoral de Torres (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949). A descoberta foi considerada relevante por Kemp:

[...] importantes depósitos de restos de toda espécie acumulados, principalmente, nas costas marinhas não só do nosso país como de outras regiões e continentes, constituem preciosos acervos de documentos que os estudiosos de arqueologia, paleontologia e antropologia examinam, estudam, classificam no empenho de desvendar e fixar, sistematicamente, a raça, os hábitos, os costumes, a vida, enfim, dos primitivos habitantes de zonas, regiões e continentes. Os sambaquis do Rio Grande têm prestado assinalados serviços ao estudo e classificação da nossa arqueologia [...] venho trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que existem ainda na costa do Rio Grande vários sambaquis [...] entre esses sambaquis encontrase um na praia do município de Torres que fiz localizar e registrar pelo funcionário desta Repartição sr. Ascanio Ilo Frediani [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949, p. 292).

Os novos objetos adquiridos para o Museu Julio de Castilhos por meio de doações ou expedições científicas tornavam-se objetos de museu, ao passarem pelo processo de musealização. Sobre isso Melo (2019) afirma que na visão de Kemp os museus eram os locais onde estes objetos deveriam ser guardados, e ao serem musealizados se transformariam em objetos científicos, uma vez que ajudariam a dar sentido a um passado desconhecido. Para a autora através dos objetos “[...] os

funcionários do museu ou pesquisadores da temática acessariam o mundo invisível, as ‘raças primitivas’ do Rio Grande do Sul a partir do visível, as peças indígenas.” (MELO, 2019, p. 105).

Ao longo da gestão de Kemp as narrativas produzidas a partir dos patrimônios indígenas salvaguardados pelo Museu Julio de Castilhos não ficaram restritas aos objetos expostos na instituição. Embora a formação de museus escolares não fosse uma novidade nas propostas educativas do Museu¹², houve um empenho por parte de Kemp em auxiliar na formação de museus escolares, para várias instituições do Rio Grande do Sul e de outros estados (RIO GRANDE DO SUL, 1941, 1943, 1944). Um fato que chama a atenção é que todos esses museus eram constituídos de objetos indígenas. Essa constatação suscita ao menos duas hipóteses: se a escolha dos objetos era devido a abundância desses materiais no Museu ou se a seleção foi feita por ser uma temática de interesse de Kemp. Embora a documentação não permita afirmar com clareza a resposta, as evidências encontradas indicam que ambas as hipóteses podem estar corretas, inclusive atuando de forma complementar. Assim, a trajetória do Museu Julio de Castilhos em suas primeiras décadas foi marcada por gestões com características e objetivos diversos, conforme os interesses e contexto no qual a instituição estava inserida. E no que se refere aos patrimônios indígenas existentes e (re)apresentados pelo Museu ao longo desse período¹³, é possível afirmar que aos poucos foram forjando uma narrativa oficial, proveniente de um lugar de fala autorizada, que era o Museu do Estado, sobre a história do Rio Grande do Sul, na qual os povos indígenas ficavam à margem, sendo vistos como os outros. E nesse sentido, cabe refletir sobre a análise de Meneses (2005) acerca da História Visual, ao afirmar que

O visível (com, naturalmente, sua contrapartida, o invisível) representam o domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver, os objetos de observação obrigatória assim como os tabus e os segredos, as prescrições culturais e sociais e os critérios normativos de ostensão ou discrição – em suma, de visibilidade ou invisibilidade. (MENESES, 2005, p.36)

¹² Na gestão de Rodolpho Simch foram organizados e oferecidos museus escolares com materiais mineralógicos (RIO GRANDE DO SUL, 1913).

¹³ Por uma questão de recorte analítico se optou por centrar a análise nas primeiras gestões, procurando identificar a formação inicial dos acervos indígenas, a fim de estabelecer um contraponto com a doação de um petyngua (cachimbo) realizada por uma liderança Mbyá Guarani, conforme se abordará na seção 3. No entanto, isso não implica desconsiderar as aquisições e manutenções feitas acerca dos patrimônios indígenas nas décadas seguintes.

Portanto, para o autor esse jogo entre ver e não ver perpassa a esfera do controle e do poder que define o que ficará visível ou invisível. No caso dos patrimônios indígenas preservados no Museu Julio de Castilhos, cabe questionar o que ficava visível, no sentido de tentar compreender quais narrativas eram suscitadas a partir dos objetos indígenas existentes no Museu. E mais, passados mais de um século de existência do Museu Julio de Castilhos, que narrativas presentes nas primeiras décadas de funcionamento do Museu sobre a história dos povos indígenas ainda persistem como ecos de uma era colonial? Por fim, quais os desafios que se impõem na emergência em se abordar as questões indígenas a partir do contexto museal, substituindo as práticas de falar sobre, por outras, de falar com os grupos indígenas, aos quais pertencem, não somente os objetos salvaguardados nos museus, mas, principalmente suas histórias e suas memórias.

3 DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO: novas perspectivas e protagonismo indígena

A Modernidade inaugurou uma nova acepção de museu, proveniente da Revolução Francesa¹⁴, atrelado à formação dos Estados-nação e, paralelamente, à preservação de monumentos representativos da herança cultural das nações, cujo modelos ainda estão vigentes na atualidade (TOLENTINO, 2016). A história destes museus surgidos na Era Moderna é permeada por relações de poder, cuja origem está intimamente ligada ao processo de colonização levado a cabo pelos europeus a partir do século XV.

A partir dos chamados Gabinetes de Curiosidades, constituídos por coleções particulares, que continham objetos de várias partes do mundo, e que serviam como legitimadores de status e poder, aos poucos foi se forjando a concepção de patrimônio cultural, que via exotismo em tudo que não fosse europeu, visão que se estendeu aos povos indígenas da América, a partir de uma ótica eurocêntrica que impôs a hierarquização da cultura visual e material destas sociedades.

Desde o princípio os museus foram concebidos a partir da construção de um olhar sobre a cultura do Outro, uma vez que os objetos expostos representavam não a cultura europeia, mas sim, de outros povos, vistos dentro de uma perspectiva de hierarquia cultural, na qual eram considerados inferiores.

Essas construções discursivas acarretaram consequências que ainda são percebidas até os dias atuais. Conforme Brulon (2020, p. 3):

Uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização. Paredes e vitrines, em suas divisões retilíneas, decompõem o mundo em seus fragmentos para a compreensão visando a dominação de seu conjunto. Os museus, ao encenar o Outro construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente.

¹⁴ No final do século XVIII, fortaleceu-se a noção de que os poderosos nobres não eram os únicos donos das riquezas. Com a ruptura social que resultou da conjuntura da Revolução Francesa (1789), foram destruídos muitos monumentos. Antes de uma destruição maior, para salvaguardar as riquezas artísticas (pelo temor de pilhagens), foram criados “espaços neutros”, que abrigariam o espólio da nobreza até ser encontrada uma solução. Nasceu, assim, na França, a instituição museu, como a conhecemos. As mudanças de significados dos museus talvez possam ser compreendidas como uma trajetória entre a abertura das coleções privadas à visitação pública ao surgimento dos museus na acepção moderna, como instituições a serviço do público concebidos a partir da Revolução Francesa com a função de educar o povo. (JULIÃO, 2006; PEREIRA, 2010; RANGEL, 2007)

Assim, se evidencia o quanto as narrativas presentes na forma como os objetos são selecionados e expostos em uma instituição museológica podem corroborar para certas práticas sociais e políticas que se mostram excludentes e preconceituosas. No que se refere ao Brasil, este se enquadra no contexto indicado por Brulon (2020), que salienta que a primeira museologia pensada e praticada no Brasil no século XIX foi a museologia sobre o Outro, sendo que os sujeitos representados eram demarcados pela diferença, a exemplo da Exposição Antropológica Brasileira de 1882¹⁵, organizada pelo Museu Nacional, criado em 1818 sob o título de Museu Real e se configurando na primeira instituição museológica do Brasil.

Os museus hoje tendem a reconhecer sua natureza essencialmente política e polifônica e a recusar preconceitos e invisibilidades na afirmação de identidades e na construção de representações acerca de coletividades. Mas, nem sempre foi assim. Nos museus do século XIX, pessoas “sofreram processo de deculturação violenta, ações contra seus valores, suas tecnologias, seus conhecimentos”. As coleções do Museu Nacional e a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 são bons exemplos disso. Ali, grupos indígenas foram classificados e hierarquizados, sendo a primitividade o princípio norteador adotado pelos homens de ciência de então. (AGOSTINHO, 2017, p. 2).

Na referida exposição, além de objetos expuseram uma “família” de sete indígenas da etnia Nak-Nanuk, vindos da região do Espírito Santo, que eram denominados no período como botocudos por usarem botoques no lábio inferior. Nesse contexto Vieira (2019) salienta que

Os índios botocudos desempenhavam um papel central no pensamento indigenista da época, figuravam como representantes dos Tapuia, apresentados como selvagens, bárbaros, grotescos e estúpidos, de tronco lingüístico distinto do Tupi-Guarani. O antagonismo entre os Tupi e Tapuia ocorreu desde o processo de colonização e catequese, sendo os Tupi descritos como dóceis à colonização portuguesa. Partindo da distinção entre bons e maus selvagens, compreende-se o frenesi causado pela presença de índios considerados “bravios” na corte. (VIEIRA, 2019, p. 323-324)

¹⁵ Ainda sobre a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, Agostinho (2017, p. 2-3; 16): “A Exposição durou três meses e exibiu diferentes tipos de objetos: artefatos indígenas (vasos, flechas, machados, etc.), fotografias, pinturas, documentos, livros, além de moldes, crânios e esqueletos indígenas. Cerca de 800 objetos foram agrupados por área de conhecimento – antropologia, etnografia e arqueologia –, distribuídos em oito salas do Museu e expostos sistematicamente aos visitantes. Ali, montaram-se dioramas, isto é, cenários que reproduziam o cotidiano da vida selvagem com esculturas confeccionadas em papel machê e em interação com objetos: homens em canoas e mulher carregando cesto, por exemplo. Os visitantes da Corte puderam, assim, imaginar as experiências não vivenciadas em ambiente urbano e civilizado. [...] A circulação de indígenas no espaço museológico antes e durante a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 foi marcante”.

O trecho acima possibilita uma série de inferências, como o fato da exposição de pessoas nesse período se inserirem em práticas comuns que seguiam “[...] a fórmula dos zoológicos humanos apresentados na Europa [...]” (VIEIRA, 2019, p. 323) e também por fazerem parte dos estudos de Antropologia Física em um momento em que a comunidade científica estava em busca do “elo perdido” entre o homem e o macaco. Os pesquisadores ligados ao Museu Nacional acreditavam serem os Botocudos um grupo primitivo mais inferior na escala evolutiva (VIEIRA, 2019), daí o interesse em estudar e expor esses grupos. Esses posicionamentos trazidos à luz da ciência difundida na época reforçavam essa dicotomia entre o indígena bom selvagem e o indômito, que acabava por coisificar os indígenas expostos, vistos naquele contexto não como seres humanos, mas como meros objetos de estudo da ciência e de curiosidade do público.

Ainda que tenhamos na história dos museus do Brasil episódios como zoológicos humanos, marcados pela popularização de teorias hoje consideradas racistas, Brulon (2020), ressalta que no período imperial o Museu Nacional possuía algumas diferenças em relação a outros museus da Europa. Nesse sentido Brulon comenta que

Apesar das circunstâncias de sua origem e da centralidade da metrópole portuguesa no período de constituição de suas coleções iniciais, o Museu Nacional, primeira instituição brasileira a materializar o Outro em seu sentido colonial, apresentou mudanças sensíveis, desde o século XIX, observadas nos seus métodos de coleta e de representação dos objetos adquiridos por meio da pesquisa científica. No caso das coleções de etnologia do museu, como demonstrado por Fátima Nascimento, a observação de campo pelos cientistas coletores seria determinante na exposição dos **objetos indígenas que figuravam menos como “troféus”, isto é, constituindo “despojos de expedições punitivas” – como nos museus britânicos da época, por exemplo – e mais como testemunhos de culturas em vias de se dar a conhecer.** (NASCIMENTO, 2009 apud BRULON, 2020, p. 7 Grifo nosso)

Conforme Tolentino (2016) no Museu Nacional também havia uma prática preservacionista, seguindo a tendência europeia, intimamente ligada à ideia de formação e afirmação do Estado-nação, que até a segunda metade do século XIX permaneceu como única instituição de caráter científico do país, dedicado à História Natural. Porém, essa realidade mudou com o surgimento de museus em várias regiões do país, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1883), o Museu Paulista (1894) e o Museu

Julio de Castilhos (1903), criado no limiar do século XX e que foi tomado como *locus* do presente estudo.

Ainda de acordo com Tolentino,

Se durante o Brasil Império até meados do século XX, o conceito de nação e o conhecimento científico é que agenciaram o surgimento dos museus no país, a partir da segunda metade do século XX a figura da instituição museológica terá quebrada a sua posição cômoda, e seu papel e função perante a sociedade passam a ser questionados. Atrelada a uma prática museológica, nesse contexto também surgem os estudos no campo da museologia, defendida como ciência por alguns e como técnica por outros. Da mesma forma que a instituição museológica, os estudos no campo da museologia também passaram por uma dinâmica de transformação. Em meio aos novos pensamentos que permeavam os anseios sociais no segundo pós-guerra e intensificados pelas ideias revolucionárias inerentes à década de 1960, afloram os debates sobre uma museologia social. Necessário se faz, portanto, problematizar sobre o que se chama de museologia social e Sociomuseologia. (TOLENTINO, 2016, p. 26)

O autor chama a atenção para a distinção existente entre os dois termos que, muitas vezes, são usados como sinônimos (TOLENTINO, 2016). Sobre isso aponta que a partir

[...] de toda uma produção de inúmeros autores no campo da museologia, que pensam a museologia não como uma técnica, mas como um sistema de conhecimento que aborda o Homem e sua relação com o objeto, a partir de significados socialmente construídos e compartilhados, passíveis de conflitos e lutas de poder simbólico, é que se pode procurar delimitar a linha tênue entre a museologia social e a Sociomuseologia. É verdade que elas se nutrem mutuamente, interpenetram entre si e entrelaçam-se quase que numa simbiose, mas não se podem confundir (TOLENTINO, 2016, p.31)

Enquanto a Sociomuseologia se configura como uma área disciplinar, que dá conta das questões que envolvem o campo da museologia social, assim como também reflete sobre a atuação dos museus de uma forma geral e suas respectivas práticas, a museologia social, por sua vez, é uma prática museológica que tem como pressupostos uma museologia que desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu. Nesse sentido, para a museologia social, as funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, devem ser executadas de forma participativa, de modo que os sujeitos sociais sejam a preocupação primeira, bem como os problemas

sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades (TOLENTINO, 2016).

Assim, é preciso repensar o processo de musealização¹⁶, levando em conta a tríade proposta a partir dos estudos de Stránský, em uma perspectiva apontada por Cury (2020, p. 133, grifo da autora):

Nos interessa discutir conceitos inerentes à Museologia e três deles são fundantes, como propostos, discutidos e modificados por Z. Z. Stránský por décadas (entre os anos de 1960 e 1990). O primeiro conceito é *musealia* – objetos de museus (e não objetos no museu) ou objetos museológicos. O segundo conceito é musealidade como “qualidade” ou “valor” dos *musealia*. Um conceito está imbricado no outro e o que os une e dá sentido é a musealização, uma vez que é o processo de “reposicionamento” dos objetos em outro lugar, o museu, passando para outro sistema cultural, a preservação, e por outras lógicas, a museografia, para distintas finalidades – pesquisa e comunicação e, no caso dos museus universitários, o ensino. A tríade, na sua unidade, concilia a disputa do objeto de estudo da Museologia, dividido por muito tempo entre teoria e prática que se dá no museu.

Desse modo, repensar as práticas museológicas à luz da museologia social implica rever certas verdades estabelecidas no cerne dos chamados museus tradicionais, que como visto, nasceram no bojo da formação de identidades nacionais, e que tinham como propósito se reafirmar, opondo-se a visão sobre o outro, visto nesse sentido em um lugar inferiorizado. E estes desafios colocados na contemporaneidade nos levam a refletir sobre um gesto, a doação de um petyngua (cachimbo) feita por uma liderança Mbyá Guarani, para o Museu Julio de Castilhos, no ano de 2019. À primeira vista, pode ser tomado algo comum dentro do cotidiano de uma instituição museológica, o de receber objetos, no vislumbre de que se tornem *musealia*¹⁷. No entanto, a situação ao ser contextualizada suscita outros significados e questionamentos. Qual a importância de um petyngua, dentre tantos outros existentes no Museu? Que carga simbólica está presente na intenção de um membro

¹⁶ De acordo com Brulon (2018, p.190;195): “Ao voltar-se para sua complexidade social, a Museologia contemporânea tem, no entendimento da musealização como processo ou como passagem criadora, uma abertura sem precedentes de seu campo de pesquisa empírica e experimental. [...] definida como “a aquisição da qualidade museal” (Ibidem, p.28); entendida como um processo, pensado por ele como universal, de atribuição de valor às coisas da realidade, que demandaria que a Museologia reconfigurasse a sua finalidade básica de invenção dos valores, para se propor à investigação dos próprios valores”.

¹⁷ De acordo com Brulon (2018, p.192): “Cada caso de musealização, cada contexto, cada sociedade e cada indivíduo arbitra e atua dentro de um regime de valor próprio e cambiante de acordo com uma sociologia axiológica que vem potencializando o olhar museológico para além da mera informação interpretada nas coisas, dirigindo-o ao processo informacional e comunicacional de atribuição de valor às coisas, tornando-as objeto ou *musealia* (objeto de museu)”.

de uma comunidade indígena ao doar um objeto ao Museu Julio de Castilhos? E por fim, que implicações tal gesto pode acarretar nos rumos e objetivos propostos pela instituição no contexto contemporâneo?

Primeiramente, é preciso refletir sobre o objeto em si. Qual a importância de um petyngua para a comunidade Mbyá Guarani? Nesse ponto, cabe trazer à tona a visão de um membro da etnia para explicar sua simbologia. Em sua monografia intitulada *PETYNGUA – SÍMBOLO DA VIDA GUARANI*, Belarmino da Silva (2015) justifica o seu tema de pesquisa ao afirmar que

A escolha por este tema se deve à força espiritual que está no uso do petyngua, pois muitas pessoas conseguem a cura de alguns males somente quando são unidas com a fumaça do petyngua, usado pelo karai e pela kunhakarai (rezadores homens e mulheres, lideranças religiosas). Perceber as razões e essa força espiritual sempre acompanhou a minha vida. Muitos Guarani fazem uso diário do petyngua para inspiração nos estudos, na educação dos filhos, aconselhamento, organização do pensamento para o dia, para as decisões, para as previsões futuras. Também crianças usam o petyngua (SILVA, 2015, p. 7)

Ainda sobre os usos do petyngua, Silva (2015, p. 7) completa que

O petyngua é muito usado ao redor do fogo, quando há conversas com os mais velhos, nos rituais e para expressar o pensamento para a família e para a comunidade. Seu uso se dá entre os Guarani Mbya, sendo um elemento fundamental e importante para manter a tradição do povo.

E ao concluir seu estudo, Silva (2015) reafirma a importância do petyngua na vida e no modo ser Guarani

O "tempo" guarani foi um dos fatores principais que me faz compreender e sentir a realidade da vida e do ser guarani através desse símbolo essencial – o petyngua. Dessa forma posso afirmar de que a cultura guarani está preservada em variados símbolos materiais (como, por exemplo: opy - casa de reza, artefatos, artesanato, instrumentos musicais etc.), sendo que o central é o petyngua. (SILVA, 2015, p. 16)

A força simbólica e espiritual do petyngua está presente nos registros feitos por Silva (2015) ao refletir sobre a função desempenhada por este artefato junto a comunidade Mbyá Guarani. Ao evocar sua materialidade, Silva (2015) também acaba por reforçar o seu valor simbólico para o povo Guarani. E trazendo para o contexto do Museu Julio de Castilhos, cabe refletir sobre a questão seguinte que se impõe, de pensar sobre a qual a simbologia presente no ato de uma doação de um petyngua,

efetivado por Jaime Vherá Guyra, um membro da etnia Mbyá Guarani, que foi devidamente documentado através de um termo de doação (Figura 1).

Figura 1 - Jaime Vherá Guyra assinando o termo de doação do petyngua feito ao Museu Julio de Castilhos em 2019



Fonte: NISSINEN, Daniela Mei Lip (2019).

Ao se retomar as circunstâncias que deu origem aos acervos existentes no Museu nas primeiras décadas do século XX, é preciso lembrar se formaram a partir dos espólios de uma grande exposição que visava exaltar as qualidades e riquezas naturais e materiais do Estado, cujos objetos indígenas, presentes nas coleções, eram vistos como vestígios de um passado primitivo, frutos de uma cultura exótica e estranha à história do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o que diferencia o petyngua, feito de um nó de pinho e doado por Jaime Vherá Guyra (Figura 2) dos demais petynguas salvaguardados pelo Museu Julio de Castilhos¹⁸? Refletir sobre tal gesto, acarreta repensar as práticas vigentes no interior dos museus tradicionais.

Nesse ponto, cabe trazer uma fala enviada por Jaime Vherá Guyra, ao ser indagado sobre a importância do petyngua e do gesto de doação ao Museu Julio de Castilhos. Abaixo a transcrição do áudio:

¹⁸ As autoras Russi e Abreu (2019) apontam que as coleções que chamamos de “antropológicas” são em geral provenientes de fontes muito desiguais, como pesquisas antropológicas, doações ou mesmo saques coloniais, troféus de guerras e objetos recolhidos por repressões policiais.

Olha, para nós, povo Guarani, o petyngua é muito importante né [...] porque o nosso petyngua, que a gente usa, não é só para usar, só para fumar, mas é usado para proteção de saúde espiritual [...] Por isso é muito importante esse petyngua [...] é valorizado por nosso Pai, por nosso Deus [...] (GUYRA, 2022, informação verbal)

Sobre a doação feita ao Museu, Guyra externaliza:

[...] queria agradecer também o Museu Julio de Castilhos, que abriu as portas para a gente, pra mim colocar o meu petyngua, que é tão importante pra gente, para o povo Guarani, que está lá [...] e muitas coisas que existem no Museu, mas todos os povos Guaranis não tinham esse reconhecimento que existia artigo Guarani naquele Museu [...] (GUYRA, 2022, informação verbal)

Os apontamentos acima suscitam algumas reflexões. Primeiramente, o depoimento de Jaime Vherá Guyra, assim como Silva (2015), reforça a importância do petyngua para a comunidade Guarani, ao associá-lo à proteção espiritual. Em seguida Guyra (2022) menciona o seu sentimento em relação ao gesto efetivado, primeiro agradecendo o espaço dado pelo Museu Julio de Castilhos, ao mesmo tempo em que reafirma a importância do objeto para os Guarani. A colocação seguinte permite compreender o quanto este gesto de aproximação entre comunidade indígena e Museu é importante, ao possibilitar que os povos originários se apropriem da própria história e de suas memórias, a partir dos vestígios materiais salvaguardados pelo Museu. Como Guyra externaliza, os Guarani (ao menos de sua comunidade), não tinham conhecimento de que o Museu Julio de Castilhos possuía objetos produzidos por seus ancestrais. E aqui, cabe uma contextualização dos eventos que antecederam a doação do petyngua¹⁹.

¹⁹ O petyngua ficou exposto até este ano, quando houve a quarta “virada” na exposição Memória e Resistência, e atualmente se encontra guardado em uma das Reservas Técnicas do Museu. Para saber mais sobre o módulo atual da exposição, ver: <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/2022/02/abertura-da-exposicao-memoria-e.html>. Acesso em abril de 2022.

Figura 2 - Petyngua doado por Jaime Vherá Guyra (ao fundo) ao Museu Julio de Castilhos em 18 de novembro de 20019



Fonte: NISSINEN, Daniela Mei Lip (2019).

Conforme relatado na Introdução da pesquisa, a aproximação entre a equipe do Museu Julio de Castilhos e a comunidade da terra indígena do Cantagalo se deu por ocasião da reorganização da sala indígena do Museu, que receberia o título de *Memória e Resistência*, na qual se pretendia contar com a participação de membros de comunidades indígenas. Nesse contexto, as colegas Daniela Mei Lipp Nissinen e Victória Deckmann Santos, que na época cumpriam seus estágios curriculares obrigatórios na instituição, foram solicitadas como interlocutoras desse processo, na qual fui convidada a participar também.

Desse modo, fomos juntamente com funcionários do Museu Julio de Castilhos à aldeia, onde fomos recebidos por alguns representantes da comunidade. A partir daquele momento, vários encontros foram promovidos no espaço do Museu. Jaime Vehra Guyra e sua família em diversos momentos acompanharam e colaboram com a classificação de objetos expostos na sala indígena, opinando sobre a origem e uso dos mesmos. Guyra também teve a oportunidade de visitar a Reserva Técnica, onde

estão guardados parte do acervo indígena. Minhas colegas e eu participamos do processo de configuração da nova sala, auxiliando nas pesquisas museológicas e na expografia da mesma. Nesse período, uma fala sua na época me marcou muito, foi a afirmação feita por Jaime Vherá Guyra de que seria importante levar as crianças e jovens da aldeia para ver o que seus ancestrais faziam em outros tempos, mencionou ainda que algumas técnicas, como a produção de artefatos de cerâmica não eram mais feitos na comunidade por falta de matéria prima, e que esse saber-fazer estava se perdendo²⁰. Este relato vai ao encontro do pensamento de Russi e Abreu (2019, p. 32) ao afirmarem que “[...] ver e conhecer as peças confeccionadas por ancestrais representa uma das maneiras de acesso dos povos indígenas a aspectos de suas culturas para, a partir dessa experiência, tecer projetos para o futuro”.

Nos meses seguintes, e até o final do ano de 2019, as visitas de membros Mbya Guarani do Cantagalo foram constantes. Até que, no dia 18 de novembro de 2019 foi ofertado por Jaime Vherá Guyra um petyngua, feito por ele, a partir de um nó de pinho trazido da terra indígena do Campo Molhado, situada no município de Maquiné/RS.

A descrição dos eventos ocorridos, que aconteceram entre os meses de abril e novembro de 2019, nos leva à terceira questão colocada, sobre a necessidade de que se proponha um novo modo de pensar os museus e os seus acervos, especialmente aqueles provenientes de povos, cujos objetos salvaguardados, são muitas vezes testemunhos da violência física e simbólica as quais seus representantes foram submetidos. E nessa perspectiva, é importante registrar que nas últimas décadas um movimento de descolonização desses espaços tem ganhado força, apontando caminhos possíveis de serem seguidos pelas instituições. Conforme Bruno Brulon (2020, p. 5):

[...] a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes.

²⁰ Esses relatos foram feitos no ano de 2019, em meio a conversas informais, durante as visitas ao Museu, e infelizmente não há registros de vídeo ou áudio dos mesmos, por isso, não se configuram em depoimentos literais, mas em essência contém as impressões passadas. Mesmo assim, decidi registrá-los no trabalho, por considerar que se trata de reflexões muito importantes, acerca da visão do Jaime Vherá Guyra sobre os patrimônios indígenas salvaguardados no Museu Julio de Castilhos.

Ainda conforme Brulon (2020) novas experiências museais ocorridas a partir da década de 1970 contribuíram para a chamada virada decolonial, que segundo o autor foi o resultado de ao menos dois movimentos distintos e paralelos. De um lado o desenvolvimento dos ecomuseus na França e de outro se apresentavam nas ex-colônias, ainda que com menos visibilidade internacional, outras experiências inovadoras, que Moreno (2012) nomeou de museologias subalternas.

No centro desses movimentos, a museologia social surge como uma possibilidade de se efetivar novas metodologias museológicas que dialoguem com com a emergência de novas agendas, que na realidade são antigas demandas, provenientes do período colonial, mas que por muito tempo permaneceram de forma subterrânea, subjugadas por uma memória hegemônica. No artigo intitulado *Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática*, Meneses (2018), ao abordar as relações entre memória e museus aponta que

Se o museu quiser respeitar o dever de justiça, no Brasil, precisamos ir além do dever de memória. Ou melhor, inserir a memória específica de um trauma num quadro da violência endêmica que, aqui e agora, viceja no Brasil, mas que tem suas matrizes numa história mais profunda. A sociedade brasileira, tirando as ilhas de solidariedade nas camadas, em geral, mais pobres, é uma sociedade violenta, na sua formação (que mesclou escravidão negra, genocídio indígena e autoritarismo generalizado) e no seu desenvolvimento até hoje. (MENESES, 2018, p. 13)

Ao trazer essa perspectiva acerca do dever da memória, o autor reforça o papel que os museus devem desempenhar na defesa dos direitos humanos, que além de servir como espaços de denúncia das enormes violências sofridas no passado, “precisam assumir-se como faróis que iluminam também a violência de hoje, a violência cotidiana, a violência em qualquer modalidade e escala” (MENESES, 2018, p. 14). A história e as memórias dos povos originários, têm sido demarcadas por violências físicas e simbólicas, desde os tempos coloniais, persistindo até os dias atuais. Essas violências se manifestam de diferentes modos, como nas tentativas de eliminação física das diversas etnias existentes no Brasil, também na visão inferiorizada acerca das culturas indígenas, assim como nas lutas por demarcação de terras, provenientes da pressão social imposta por parcelas da sociedade e do Estado.

Por muito tempo a memória oficial forjada acerca dos povos originários constituiu-se a partir de um imaginário construído em torno de um passado idealizado e por vezes mítico, que não reflete sobre o patrimônio das culturas tradicionais no

presente, perpetuando um discurso colonizado da história oficial. Isso se manifesta, por exemplo, nas imagens que retratam os povos originários do Brasil, desde a época colonial, pois, embora tomassem como referente o real, estavam carregadas de subjetividade que refletiam a visão do estrangeiro, do colonizador produzindo uma dicotomia, de um lado o índio selvagem, indomável, antropofágico e de outro o índio bom, aculturado, inserido no processo civilizatório (QUADRADO, 2020). Nos dois sentidos, os indígenas eram e ainda são vistos como o outro.

De acordo com o historiador e museólogo mexicano Luis Gerardo Morales Moreno o museu herdado nas colônias foi concebido pelos europeus como uma forma de “regulação racional das óticas estéticas e descritivas do mundo” (MORENO, 2012, p. 215). Sobre isso, Brulon (2020) afirma que mais do que produzir sujeitos subalternos, os museus nacionais científicos dissimulam o sujeito soberano através da reprodução de um modelo de poder cujo centro invisível determina o que irá se materializar no seu entorno como patrimônio. E ao representar discursivamente uma matéria que atesta a existência de um Outro distante em relação ao sujeito da ciência, o museu criado a partir do ideal colonizador acaba por coisificar a distância e por consequência produz materialmente a exclusão. O fato de indígenas ainda terem que lutar por sua existência simbólica nos museus da nação não está desvinculado do projeto político de sua eliminação material dos territórios que ocupam ou dos que poderiam vir a ocupar.

Portanto, a força simbólica de um petyngua doado por uma liderança indígena não deve ser relativizada, ou mesmo vista como um gesto isolado e individual. A intenção, o gesto, potencializam novas perspectivas narrativas acerca do patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos, e mais, colocam em xeque o status dos demais objetos salvaguardados na instituição, na medida em que ao passar pelo mesmo processo de musealização dos acervos existentes no Museu, o petyngua recebe o atributo de musealia, por sua musealidade²¹, presente justamente no gesto. Para Cury (2020, p. 136)

[...] se a musealidade é o valor ou qualidade daquilo que é musealizado, é a musealização, como processo, que sustenta os valores ou qualidades no

²¹ De acordo com Brulon (2018, p.191;202): “[A musealidade] tem a pretensão de cobrir quase todas as qualidades não-materiais do objeto de museu ou do patrimônio cultural em seu sentido amplo. [...] a musealidade é um valor criado pela mudança cultural. Ela atesta a crença na diferença reconhecida entre o universo banal e o universo mágico criado pela musealização, e logo ela é produzida por meio da performance museal.”

presente. [...] temos que colocar em discussão o pós-colonialismo, a descolonização e as conquistas civis em torno do direito à memória e à participação na musealização.

Ao colocar em pauta a necessidade de se descolonizar as práticas museológicas, se retoma os desafios a serem enfrentados pelos museus tradicionais. A ruptura ideológica das narrativas evocadas por estas instituições, nascidas no centro da lógica colonial, permitiu o aparecimento de museologias experimentais locais, que iam ao encontro com as lógicas e valores dos grupos sociais excluídos dos centros de poder sobre o patrimônio e sobre a matéria a que se atribui valor (BRULON, 2020). Um “olhar mestiço” (MORENO, 2012, p. 215) levou os museus a reconsiderar o seu papel nas sociedades pós-coloniais e a reintegrar a matéria, por meio de um trabalho de restauração simbólica dos laços com o passado testemunhado em suas coleções (BRULON, 2020). Essas iniciativas apontadas acima visavam a ruptura com o modelo europeu hegemônico. Esses movimentos impulsionaram mais adiante novos direcionamentos ao fazer museológico e ao garantir um espaço de fala para os grupos cujos patrimônios se encontram salvaguardados nas instituições, e que demarcam a persistência da colonialidade.

De acordo com Cury (2017b, p. 204) para haver uma descolonização dos museus “[...] a gestão de acervo no museu deve se descolonizar. Os trabalhos com indígenas geram “objetos museológicos”, ora objetos propriamente, ora fotografias, imagens e sons. Esse patrimônio é indígena sob a ação do museu que visa a musealização - integração no universo museal”. Desse modo, não basta repensar os acervos já existentes nos museus, mas é preciso atribuir novos significados, a partir da perspectiva dos grupos a quem de fato pertence a história desses objetos, e mais, é preciso considerar o diálogo destes acervos com novos, advindos da produção e do entendimento dos povos originários.

No entanto, tais proposições não são algo dado, ao contrário, se encontram em construção, a partir de experimentações provenientes de novas propostas metodológicas. Sobre esse ponto, Cury (2020, p. 136) aponta que “[...] muitos autores da Museologia trabalham com a reflexividade, ou seja, relação entre teoria e *praxis*, teoria em construção em um contexto - o museu [...]”. E mais adiante completa seu ponto de vista ao afirmar que “[...] ao meu entender, a tríade musealia, musealidade e musealização com a reflexividade proposta, constitui o que Cristina Bruno denomina como ‘pedagogia museológica’” (CURY, 2020, p. 137).

Sobre o conceito de pedagogia museológica Cury pontua que

[...] é um conceito instigante que necessita de experimentações metodológicas que propomos pela reflexiva como capacidade de transformação constante, a colaboração, dialógica na realidade empírica, e pela pesquisa-ação, porque implica um comprometimento dos pesquisadores e profissionais na pesquisa como observador-observado. Destarte, a metodologia para a Museologia era para Stránský como ainda é para os profissionais hoje algo em construção. Para tanto, experimentações podem ser promotoras de caminhos metodológicos flexíveis e criativos que acompanhem a sociedade nas suas constantes mudanças e demandas. (CURY, 2020, p. 139)

Desse modo, ao refletir sobre o gesto de doação de um petyngua por parte do Jaime Vherá Guyra e a aceitação do objeto por parte da equipe Museu Julio de Castilhos é possível sugerir que a partir daquele momento se estabeleceu um diálogo horizontal, contido na força simbólica do ato. Ações como estas têm ocorrido vários espaços no país²², e para as autoras Russi e Abreu (2019, p. 21) isso significa que

[...] O monopólio do saber e das interpretações sobre as culturas deixou de ser dos estudiosos e passou a ser um lugar de disputas entre diferentes pontos de vista. Assim, nos chamados “museus tradicionais” e, em particular, nos museus antropológicos e etnográficos, gradualmente se experimentam novas práticas museológicas, indo desde o processo do colecionamento e documentação até o processo de exposição ou difusão do conhecimento produzido. [...] Essas práticas se abrem a participação plural de equipes interdisciplinares com representantes de movimentos sociais e remanescentes de povos e culturas que o museu se propõe a estudar e representar. Tal tendência tem sido identificada de maneira geral pela expressão “museologia colaborativa” ou “museologia compartilhada” e tem despertado o interesse de estudos contemporâneos.

Esses movimentos ocorridos nas últimas décadas nos museus têm contribuído para a descolonização do olhar sobre os objetos museológicos, dentro de uma nova

²² A título de exemplo, pode-se mencionar experiências relatadas por Russi e Abreu (2019, p. 35-36): “Acompanhamos, assim, processos museais colaborativos, denominados genericamente pela expressão “museologia colaborativa” ou “museologia compartilhada” que, como já assinalamos, refere-se a diferentes tipos de processos museológicos que resultam de interação e troca entre profissionais de instituições museológicas, e diferentes sujeitos, sobretudo diferentes grupos ou comunidades que, de alguma maneira, mantêm vínculos com o museu, entre outras relações”. Dutra (2014) analisa esse fenômeno na perspectiva da “curadoria compartilhada” como prática de reconfiguração das ações educativas do museu. E em seguida pontuam que: “Para ilustrar uma experiência nesse sentido, lembramos o caso da exposição Xavante. Em 1996, a antropóloga Sonia Dorta, que na ocasião ainda trabalhava no MAE/USP, foi convidada pela Associação Indígena Xavante Warã para colaborar com um grupo xavante a contar “o que é ser Xavante” aos moradores da cidade de São Paulo, através de uma exposição. [...] Os módulos, os objetos, os textos e legendas, tudo que foi escolhido decorreu de conversas, de diálogos e de decisões entre a curadora e os indígenas. Na época, expressões como “curadoria compartilhada” ou “museologia colaborativa” nem eram empregadas. Experiências como essa foram precursoras de uma tendência que se afirmaria posteriormente”.

perspectiva que leve em conta a visão dos povos representados. Conforme Russi e Abreu (2019, p.23) “[...] podemos dizer que esse movimento altera o sentido dos museus de representações sobre os 'outros' para representações com os 'outros'”. E as autoras complementam que

O que temos verificado na contemporaneidade é uma miríade de fazeres colaborativos no âmbito dos museus etnográficos ou com coleções etnográficas com povos indígenas. As relações que se estabelecem entre antropólogos, profissionais de museus e indígenas vão desde meras e rápidas consultas a efetivas e duradouras parcerias. (RUSSI; ABREU, 2019, p. 40)

Tais práticas reforçam a importância de se avançar nas mudanças pelas quais os museus precisam passar, já que, não basta repensar os acervos já existentes nos museus, mas é preciso atribuir novos significados, a partir da fala dos grupos a quem de fato pertence a história desses objetos, e mais, é preciso considerar o diálogo destes acervos com novos, advindos da produção e do entendimento dos grupos sociais que não pertencem tradicionalmente as narrativas da história forjada como oficial. Sobre isso Brulon (2020, p. 26) aponta que

Descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização. Isto é, num trabalho de arqueologia de nós mesmos e dos vestígios que escolhemos valorar, reimaginar as materializações possíveis em regimes museais descolonizados. A revisão do pensamento aqui proposto não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas.

Portanto, as novas propostas têm potencial de abrir espaços de participação, além de oportunizar uma reflexão sobre o papel dos museus diante das novas possibilidades de narrativas, tendo como intuito a descolonização destes espaços, que convidam a repensar os museus para que as exposições sejam feitas com os grupos representados, e não mais sobre eles. Assim, os museus tornam-se zonas de negociação, de onde podem emergir novas narrativas e memórias a partir das tensões geradas entre instituição e grupos representados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como sugere o título do presente estudo, “da intenção ao gesto”, a reflexão ao longo do trabalho foi pontuada por muitos gestos, provenientes de intenções, efetivadas de forma voluntária, e alguns casos, involuntária. A motivação inicial para escrita foi inspirada em um gesto, a doação de um petyngua, realizada por uma liderança Mbyá Guarani ao Museu Julio de Castilhos, cujo significado e implicações extrapolam os limites descritos na análise, ainda que esta fosse a intenção pretendida. Nesse sentido, o próprio exercício de reflexão para produção do trabalho, imbuído de uma intenção, serviu para demonstrar as dificuldades e os percalços a serem enfrentados quando se tenta desprender de um pensamento colonial que ainda está presente no cotidiano, e que se manifesta em diferentes formatos e espaços na sociedade. Decorrido o percurso, uma das principais lições aprendidas é que mais do que respostas, a pesquisa realizada suscitou indagações, dúvidas e anseios, provenientes das tentativas de movimentos de alteridade, movidas por reflexão e pela vontade de ampliar os debates acerca dos patrimônios indígenas nos museus.

Ao retomar alguns apontamentos trazidos ao longo do texto, é possível apresentar algumas considerações. Primeiramente, se verificou que a origem dos museus na modernidade, se situa no contexto colonial, no qual os acervos tinham por objetivo central representar a cultura do Outro, dentro de uma lógica hierárquica, que colocava a cultura europeia como superior.

No Brasil a constituição dos museus foi fortemente influenciada pelo modelo europeu, na composição dos acervos cuja ótica refletia a representação do exotismo, incluindo os povos originários. Essa realidade também pode ser observada na criação do Museu Julio de Castilhos, em que as coleções tinham como propósito representar as riquezas naturais e econômicas do Estado, além de demonstrar o passado, a partir dos objetos indígenas, vistos dentro de uma perspectiva evolutiva, como povos primitivos e não pertencentes à história do Rio Grande do Sul.

Essas representações ainda persistem, e têm servido para invisibilizar o protagonismo dos indígenas no que tange as suas memórias, ficando estas subordinadas a visão da história oficial. Ainda sobre essa questão é preciso salientar que as memórias dos povos indígenas vistas a partir do seu olhar ficaram por muito tempo esquecidas e silenciadas, cristalizadas em um espaço-tempo fixadas em um

passado longínquo. Tais concepções foram ratificadas também no âmbito científico e sócio-econômico reforçando essas imagens acerca dos indígenas até os dias atuais. E assim como em outros museus no Brasil, na trajetória do Museu Julio de Castilhos se pode verificar a persistência de um pensamento colonial, denominada como colonialidade. Tais práticas refletem uma visão que estabelece o lugar dos povos originários ainda como o Outro, presos em uma imagem congelada e descolada da realidade atual.

Porém, nas últimas décadas, têm surgido no Brasil, movimentos à luz da Museologia Social, cujas práticas procuram incorporar a participação dos povos originários, a partir da perspectiva de uma museologia colaborativa ou compartilhada, na qual o objetivo não é falar sobre o outro, mas com o outro. Nesse contexto, a doação de um petyngua produzido na contemporaneidade e entregue pelas mãos de um membro da etnia Mbyá Guarani possui uma força simbólica muito expressiva e abre caminho para novas reflexões acerca dos patrimônios indígenas salvaguardados no Museu Julio de Castilhos. E nesse ponto, cabem algumas indagações, suscitadas a partir do gesto. Primeiramente, cabe refletir sobre a escolha do objeto doado, que em seu contexto original se reveste de um caráter sagrado, desempenhando um papel central na cultura Guarani. Desse modo, ao passar pelo processo de musealização, ele perde sua função original e recebe o status de musealia ao ser exposto no Museu, se transformando em um objeto/documento, retirado de seu contexto-primeiro, ao ser introduzido em outro espaço, cuja origem se fundamenta no pensamento colonial. Tal gesto, pode, ainda que de modo involuntário, ratificar a colonialidade? Ou tais iniciativas podem de fato ser tomadas como indicadores de novos tempos, novas formas de narrar a história de si e dos outros?

Ainda sobre o objeto, é importante frisar, que no início deste ano, ao se fazer uma nova “virada” da exposição *Memória e Resistência*, o mesmo foi retirado de exposição e guardado em uma das reservas técnicas do Museu. Quais implicações podem ser mensuradas a partir do gesto de sua retirada da exposição para ser guardado na reserva técnica? Quanto da intenção ainda persiste, ao não se ter mais o gesto presentificado no objeto exposto?

Tais questionamentos levam a refletir sobre outros aspectos, de cunho teórico-prático ligados ao processo de musealização. Nesse sentido, é possível afirmar que de certo modo o petyngua perdeu valorização, ao igualar-se a situação de outras dezenas de petynguas que se encontram sob a guarda do Museu Julio de Castilhos?

E mais, a documentação feita (termo de doação) é suficiente e poderá prevenir, com o passar do tempo, a dissociação e a perda da carga simbólica que cercou o gesto, de provavelmente pela primeira vez na história da instituição, um objeto indígena ter sido produzido e doado de forma intencional ao Museu? Em que medida os museus conseguem efetivamente, a partir de novas práticas se tornar um espaço mais igualitário? Estas questões, por mais relevantes que sejam, não possuem uma resposta fácil, seja pelo curto espaço de tempo transcorrido desde o gesto (doação realizada em 2019), seja pela complexidade do debate acerca dos patrimônios indígenas presentes nos museus.

No entanto, embora muitas indagações se encontrem ainda à espera de respostas, muitas das quais, só serão possíveis no futuro, o fato é que desde o ano de 2019 o Museu Julio de Castilhos tem vivenciado algumas experiências que buscam uma aproximação e um diálogo com representantes das coleções pertencentes a esses grupos, que até então estavam silenciados, além de ter ampliado a comunicação com outras instituições que também possuem patrimônios indígenas. E tomando o ponto de partida o ano 2019, em que ocorreu a doação, diversas atividades foram propostas no Museu Julio de Castilhos, conforme abordado na seção 3, dentre as quais se pode destacar o plantio de milho tradicional no terreno atrás do prédio do Museu, que contou com a mediação do Jaime Vherá Guyra, ou mesmo a abertura de espaço do Museu Julio de Castilhos para exposição e venda do artesanato indígena, além das trocas de informações acerca dos objetos expostos, entre a equipe do Museu e Jaime Vherá Guyra. A seguir serão pontuadas algumas atividades desenvolvidas nos meses seguintes.

Em abril de 2021, de acordo com uma postagem feita na página do Facebook²³ da instituição, o Museu recebeu a artesã Mbyá Guarani Antonia, que falou sobre os processos para fazer cerâmica, que vai desde a escolha da matéria prima, até a forma de amassar o barro, a fim de que se tornem louças, cachimbos. Ainda no ano de 2021, em 12 de agosto, de acordo com uma postagem feita, iniciou o terceiro ciclo da *Exposição Memória e Resistência*, com acervos do Museu Julio e do Museu Arqueológico do RS. As peças dispostas em duas instalações mostravam os ritos de guerra dos povos do Mato Grosso e Goiás e também povos originários do nosso

²³ Para maiores informações ver: <https://www.facebook.com/museujc>

Estado, com os ritos da coleta, preparo e guarda de alimentos, em cestarias e cerâmicas de mais de 2000 anos.

No início do ano corrente, no dia 12 de fevereiro, houve a quarta virada da referida Exposição, com a introdução de acervos do Museu Antropológico do RS, do Museu Arqueológico do RS e também do Museu Julio de Castilhos. Os objetos expostos procuram demonstrar a diversidade das culturas indígenas no país.

Mais recentemente duas atividades educativas, foram propostas por alunos do curso de Museologia, da disciplina de Educação em Museus. A primeira delas ocorreu no dia 24 de abril, quando ocorreu uma roda de conversa, mediada pela museóloga Daniela Mei Lipp Nissinen, egressa do curso de Museologia da UFRGS, e contou com a participação das artesãs convidadas Genilda (Mbyá Guarani) e Cláudia Gomes (Tekoa Nhundy). Já a segunda atividade foi uma ação cultural proposta também por alunos da disciplina de Educação em Museus da UFRGS, ocorrida no dia 30 de abril, na qual o líder indígena Kaigang, Dorvalino Refej Cardoso conversou com alunos de museologia sobre tramas e grafismos da cultura Kaigang.

Por fim, embora ainda haja um longo caminho a trilhar, que nos permita despir de fato, das “vestes coloniais”, tão enraizadas em nosso país, ações como as mencionadas acima dão sinais de novos tempos, trazem consigo vislumbres de dias melhores, a partir de iniciativas que (in)tencionem a descolonização do pensamento museológico. Desse modo, é urgente que os museus olhem para si e repensem suas práticas, com vistas a descolonizar esses espaços, através de novos olhares sobre suas coleções, novas narrativas nas exposições, e principalmente a partir do diálogo como os povos cujos objetos se encontram guardados nos museus.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. *In: ANPOCS*, 41º Encontro Anual. Caxambu: out. 2017.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323> Acesso em 17 nov. 2020

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/65>. Acesso em: 11 mai. 2022

CARVALHO, Josué. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. *In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coord.). Questões indígenas e Museus: Debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 54-60, 2012. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20Museum_2012.pdf. Acesso em 14 out. 2020.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penado, Volume 7, Dossiê Número 3, p. 87-113, dez. 2017a. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175/2997>. Acesso em out. 2020

CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba - MG, Brasil, v. 7. n. 1, p. 184-211, 2017b. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199/2517>. Acesso em 14 out. 2020

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *In: Museologia & Interdisciplinariedade*. Vol 9, nº 17. Brasília jan./jul. de 2020.

FARIA; QUADRADO, 2021. Museu Julio de Castilhos: narrativas sobre o lugar do Outro na História Oficial. **Verum - Revista de Iniciação Científica**. Vol1, n 2, mai/ago de 2022.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação? *In: MUSEUS E INDÍGENAS*. Saberes e ética, novos paradigmas em debate, Marília Xavier Cury, organizadora. São Paulo: Secretaria da Cultura : ACAM Portinari : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

GUYRA, Jaime Vherá. A importância do petyngua para a comunidade Mbya Guarani. Whatsapp. 2022, informação verbal.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. p.19-32.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

MELO, Roberta Madeira. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958)** (Porto Alegre/RS), 2019, 189p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202055/001105135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 out. 2020

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma história visual. *In*: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 33-56.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. **10º. Encontro Paulista de Museus**. Memorial da América Latina, 2018. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf> Acesso em: 11 mai. 2022

MORENO, Luis Gerardo Morales. Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II). **Revista de Indias**, v. LXXII, n. 254, p. 213-238, 2012.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n.23, p. 87-112, jan./jun. 2005.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação museal - Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional**, 2010, 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele_regina_nogueira_pereira.pdf. Acesso em 27 fev. 2019.

POSSAMAI, Zita Rosane. Coleccionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p. 365-389,

mai/ago 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434845003>. Acesso em: 13 mar. 2018.

QUADRADO, Iandora de Melo. A naturalização da dominação colonial a partir de representações visuais e materiais dos povos indígenas. In: **Nem tudo é para todos**: estudos sobre patrimônio cultural e violências no mundo contemporâneo. CHINDA, Luciano Doarte (org.). Curitiba: Instituto Memória. Centros de Estudos da Contemporaneidade, p. 205-224, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em dezembro de 2019

RANGEL, Vera Maria Sperandio. **A organização cultural museal**: os desafios e vetores dos paradigmas tradicional e contemporâneo, 2007. 134p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4748>. Acesso em: 05 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1913. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1939, 417 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1941, 186fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1942, 386 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1943, 302 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1944, 173fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1945, 262 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1947, 199fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1948-1949, 342 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1950-1951, 297fls

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. "Museologia colaborativa": diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas *In: Revista Horizontes Antropológicos*, ano 25, nº 53, jan/abr., 2019.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SILVA, Belarmino. **Petyngua - símbolo da vida Guarani.** Aldeia Linha Limeira, Chapecó e Florianópolis, 2015. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Aldeia Linha Limeira, Chapecó e Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2015/04/Belarmino-da-Silva.pdf> Acesso em 10 out. 2020 .

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939), 2018.** 332f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180928/001072500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 junho 2020.

TAPE'I Oguata Porã. **Petyngua(Cachimbo), 2017.** Disponível em: <https://www.caminhodepeabiru.com.br/2017/08/31/petynguacachimbo/>. Acesso em: 13 junho 2020.

THIELKE, Natália. **A imaginária guarani como dispositivo educativo em museus do Rio Grande do Sul (1903-1993), 2019.** 304p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202062/001106213.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 out. 2020.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia: Museus, Sociomuseologia e Fenomenologia**, vol 2, n 8, p. 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>. Acesso em: 13 abr. 2022

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *In: Revista Horizontes Antropológicos*, ano 25, nº 53, jan/abr., 2019.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. Dja Guata Porã: o rio indígena que desaguou no MAR. *In: Revista Horizontes Antropológicos*, ano 25, nº 53, jan/abr., 2019.

**Anexo A - Objetos indígenas expostos na Sala Domingos José de Almeida,
da Exposição Estadual de 1901**

Expositor	Peças indígenas	Cidade de Origem
Caon Antonio	Um socador Dois machados de ferro	Antonio Prado
Barnabé Leão	Artefatos	Caçapava
Domingo Jayme de Figueiredo	Um machado Uma mão de almofariz	Caçapava
Intendência de Caçapava	Um machado	Caçapava
Alberto Muller	Nove pedras	Cachoeira
João Braun	Uma panela	São Sebastião do Cai
José Candido de Campos Junior	"Uma panela de bugre quebrada"	Caxias
P. Mendonça	23 artefatos	Conceição do Arroio
Manoel Gildo de Aguiar	Quatro artefatos	Conceição do Arroio
Freitas	Quatro pedras	Conceição do Arroio
Zeferino	Uma pedra	Conceição do Arroio
Nicoláu Fucks e Outros	Uma coleção de armas e instrumentos	Lajeado
Messias Bertier de Almeida	Três arcos com flechas	Palmeira das Missões
Pantaleão Prestes	Uma ponta de flecha ³⁰	Passo Fundo
Francisco Antonio	"Um machado bugre"	Passo Fundo
A Comissão	Duas cunhas de pedras	Passo Fundo
José Manoel Schimitt	"Três flechas de bugres"	Santo Antônio
Cosme Pinheiro Machado	Um jarro	São Luís
Pedro Ferreira Vargas	Uma faca de ferro	São Luís
Clementino José de Oliveira	"Uma panela e um prato bugre"	São Luís
Intendência	Um sino jesuítico de 1688 Um sino jesuítico de 1717 Um santo jesuítico Uma coluna de pedra	São Luís
A Comissão	Duas panelas Um rosário Um balaio de carregar água Cinco bolas de pedra Um cachimbo de barro Uma pedra uso desconhecido, Um machado redondo	São Luís

Expositor	Peças indígenas	Cidade de Origem
General Salvador Pinheiro Machado	Dois machados Uma panela Duas mãos de pilão Um santo São Pedro (esculpido em madeira), Duas imagens de madeira	São Luís
João Martins	Dois balaiois	São Luís
Vigário C. Ferreira	Uma panela indígena	Soledade
Theodoro Bischoff	"Uma panela bugre furada" "Uma panela bugre oval" Duas bolas de pedra Um machado arruinado Dois pedaços de machado Uma cunha pequena de pedra Dois objetos desconhecidos, Duas pedras ovais para alisar panelas Um machado antigo Dois machados antigos Um socador e um buzo quebrados Um machado principado Uma bola pequena Uma pedra para alisar panelas	Taquara
Guilherme Raimundo	Um prato	Taquara
João Fleck	Uma panela Cinco pedras para alisar panelas Uma faca de pedra Um prato chato	Taquara
Henrique Koetz	Um machado Uma bola contendo um metal Um cachimbo	Taquara
João Schumann	Uma panela quebrada Quatro pedaços de machado	Taquara
Jorge Becker	Dois machados redondos furados Um machado redondo furado e quebrado	Taquara
Albano Wolff	Um machado	Taquara
Guilherme Molter	Um pedaço de pedra Um machado Um machado pequeno	Taquara

Expositor	Peças indígenas	Cidade de Origem
Frederico Pintzmann	Um instrumento desconhecido	Taquara
Manuel Ignacio Flores	Um instrumento desconhecido Um mó Um socador	Taquara
Pedro Pereira David	Uma panela	Taquara
José Ignacio Flores	Uma orelha de pau	Taquara
Jacob Pilger	Um machado	Taquara
Carlos Luiz Lalm	Um colar	Taquara
José Joaquim Pereira	Uma flecha	Taquara

Fonte: Elaborado por MELO, Roberta Madeira (2019) com base no Catálogo da Exposição de 1901 (RIO GRANDE DO SUL, 1901).